



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | Abril 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de abril.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Destaques	33
Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2013	35
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	41
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	51

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o crescimento da produção industrial mundial abrandou para 1,4% em termos homólogos (2,0% no 4.º trimestre de 2012) devido à desaceleração registada para os países emergentes e em desenvolvimento, culminando num crescimento menos robusto. Neste mesmo período, a produção industrial das economias avançadas manteve uma quebra homóloga de 1,1%, influenciada pela diminuição no Japão e na área do euro. Já em relação ao comércio mundial de mercadorias, assistiu-se a uma ligeira melhoria impulsionada pelo reforço do crescimento das exportações mundiais, devido à evolução das economias avançadas, as quais apresentaram uma diminuição menos acentuada (abrangendo os EUA, Japão e área do euro).
- * Até ao mês de abril de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução globalmente positiva, aumentando a apetência dos mercados para o risco, com exceção do setor financeiro para a área do euro devido às incertezas relacionadas com os efeitos do contágio da reestruturação do setor bancário do Chipre aos restantes países da área do euro. Invertendo a tendência dos meses de fevereiro e março, a taxa de câmbio do euro face ao dólar apreciou-se em abril, situando-se, no dia 23, em 1,30 (1,28 no final de março).
- * No conjunto dos três primeiros meses de 2013, a economia mundial continuou a crescer moderadamente, assente sobretudo num crescimento robusto dos países emergentes (especialmente asiáticos), tendo o PIB da China aumentado 7,7% em termos homólogos reais (7,9% no 4.º trimestre de 2012).
- * No 1.º trimestre de 2013, a atividade económica dos EUA manteve uma expansão relativamente moderada, assente num forte crescimento da procura interna privada, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e por uma evolução favorável do mercado de trabalho. Com efeito, neste período, a produção industrial e as vendas a retalho desaceleraram; a taxa de desemprego desceu para 7,7% e, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,7% (1,9% no 4.º trimestre de 2012).
- * A atividade económica da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) manteve-se fraca durante o 1.º trimestre de 2013, situação que se deve prolongar ao longo da primeira metade do ano de 2013 devido sobretudo ao processo de reajustamento dos balanços das famílias e das empresas, à permanência de condições restritivas na concessão do crédito e à necessidade na adoção de políticas orçamentais mais restritivas. Assim, apesar do indicador de sentimento económico, quer para a UE quer para a AE, ter aumentado, em média, durante este período, diminuiu no mês de março, interrompendo a evolução ascendente registada entre outubro/novembro de 2012 e fevereiro de 2013. A taxa de desemprego subiu para 10,9% na UE em fevereiro de 2013 (10,8% em janeiro); enquanto se manteve em 12% na AE e, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,7% em termos homólogos em março e para 2,3% em termos de variação dos últimos 12 meses, em resultado da desaceleração dos preços de energia.
- * Em abril de 2013, até ao dia 23, o preço *spot* do petróleo *Brent* diminuiu para se situar, em média, em 103 USD/bbl (79€/bbl), traduzindo as preocupações quanto às perspetivas de uma procura mais fraca.

Conjuntura Nacional

- * No 1.º trimestre de 2013, o indicador de clima económico do INE registou uma ligeira subida face ao trimestre anterior, e o indicador de atividade económica, no trimestre terminado em fevereiro, também recuperou.
- * No 1.º trimestre do ano, verificou-se uma melhoria generalizada dos indicadores qualitativos e quantitativos do consumo. Por seu turno, e para o mesmo período, o investimento apresentou um comportamento misto com os bens de consumo a melhorarem e a construção a deteriorar-se.
- * O desemprego registado pelo IEFP em fevereiro foi de 734,4 mil. Em termos homólogos, houve um crescimento de 11%, o que evidencia uma desaceleração face aos meses anteriores. As ofertas de emprego e as novas colocações tiveram, no 1.º trimestre do ano, crescimentos respetivos de 28,6% e 35,2% face ao 1.º trimestre de 2012.
- * Relativamente aos Preços, a média móvel a 12 meses das taxas de variação homóloga do IHPC foi, em março, de 2,1%, 0,2 p.p. abaixo do valor registado na área do euro no mesmo período.
- * Até março, o défice global provisório das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, foi de 1441,2M€, agravando-se 1051,3M€ face ao período homólogo. Este resultado está, no entanto, em linha com o orçamentado para 2013, como se pode concluir pelo fato de no 1º trimestre de 2013 o défice ter sido inferior, em 541,8M€, ao valor o definido no Programa de Ajustamento Económico. Para este comportamento contribuíram todos os subsectores, tendo-se registado uma diminuição do excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (em 493,6M€), devido na sua maior parte à deterioração do défice das EPR (em 321,8M€), um agravamento do défice do Estado (em 263,4M€), uma redução do saldo da Segurança Social (em 143,5M€), da Administração Local (que passou de um excedente de 25,1M€ para um défice de 110,2M€) e, em menor grau, da Administração Regional (em 15,0M€). Em março, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 28M€, que compara com o défice de 65M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em fevereiro de 2013, a dívida das Administrações Públicas, na ótica de Maastricht, atingiu 208,9 mil M€, mais 393M€ que no final de janeiro.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 2% nos primeiros dois meses de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 6,3%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 37,4%, correspondendo a 741 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 85,9%, mais 7 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros dois meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,3%). As importações decresceram a uma taxa inferior à registada pelas importações totais (-3,6%), o

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de fevereiro de 2013 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2012 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 57,4%.

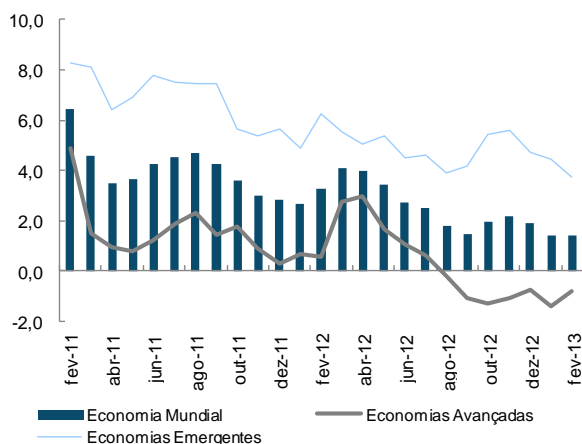
- * No último ano a terminar em fevereiro de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 4,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo das “Máquinas” (+1,2 p.p.), dos “Energéticos” (+1,1 p.p.) e dos “Químicos” (+0,9 p.p.). Nos primeiros dois meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+1,1 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.) e dos “Energéticos” (+0,8 p.p.).
- * De janeiro a fevereiro de 2013, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 1,2 % e contribuíram em 0,9 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 1,0 % e as exportações para os países do Alargamento 5,0 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 0,7 p.p. e 0,2 p.p.. Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,3% do total de janeiro a fevereiro de 2013). As exportações para os Países Baixos, registaram o maior contributo (+0,6 p.p.) para o crescimento das exportações Intra UE-15, seguidas das exportações para Espanha, Itália e Reino Unido (todos com +0,3 p.p.).
- * Nos primeiros dois meses de 2013, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 4,2%, passando a representar 27,8 % do total das exportações nacionais (+0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+122,7%), Marrocos (+48,4%) e Turquia (+17,2%).
- * De janeiro a fevereiro de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 1,9%. As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,0 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,0% no primeiro mês de 2013. As componentes de Bens e de Serviços registaram individualmente a mesma performance de crescimento (6,0%), no entanto, a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (4,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em fevereiro de 2013, o crescimento da produção industrial mundial manteve-se em 1,4% em termos homólogos. Mas, enquanto se assistiu a uma melhoria nas economias avançadas devido aos EUA e Japão; registou-se uma deterioração nos países emergentes, embora continue com um crescimento robusto.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



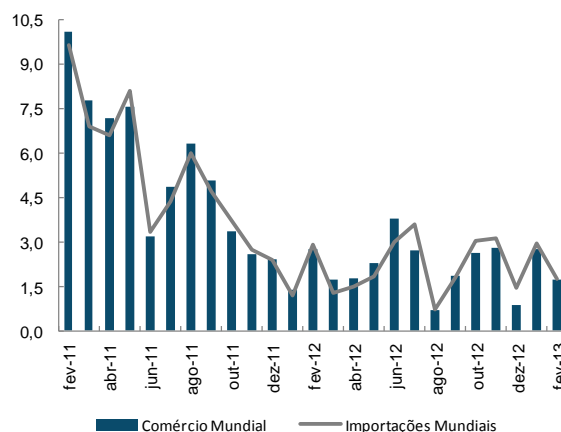
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias abrandou, tendência que abrangeu quer as importações quer as exportações mundiais.

De facto, em fevereiro de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 1,7% (2,8% em janeiro);
- as importações e as exportações mundiais desaceleraram ambas para 1,7% (3,0% e 2,6%, respetivamente, em janeiro de 2013).

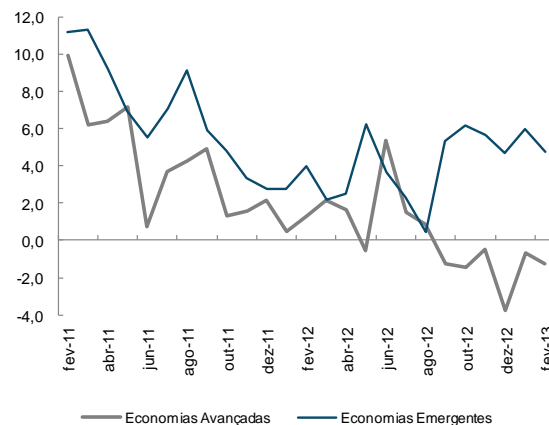
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A deterioração das trocas comerciais mundiais deu-se tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, embora esta tendência tenha sido mais acentuada para o segundo grupo de países, especialmente da Ásia. Já para as economias avançadas, a diminuição do comércio externo foi sobretudo influenciada pelo fraco desempenho da área do euro, especialmente na vertente de importações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

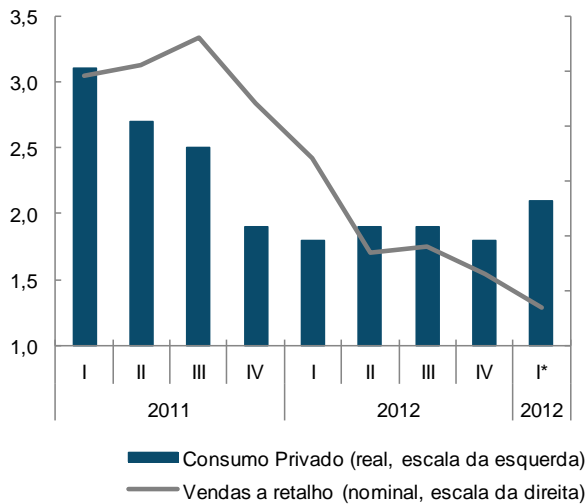
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011					2012		2013	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,7	3,1	3,3	3,4	1,9	2,0	2,2	1,9	1,4	1,4
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,0	1,3	1,9	-0,2	-1,1	-1,1	-0,8	-1,4	-0,8
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	5,6	5,6	5,0	4,2	5,3	5,6	4,7	4,5	3,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,1	2,8	2,0	2,6	1,8	2,1	2,8	0,9	2,8	1,7
Importações Mundiais	VH	CPB	2,1	3,0	1,8	2,1	2,0	2,5	3,1	1,5	3,0	1,7
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,5	1,2	0,2	0,2	-0,5	-1,8	-0,4	-3,5	-1,0	-1,6
Economias Emergentes	VH	CPB	5,2	5,0	3,7	4,4	5,1	7,7	7,2	7,3	7,6	5,6
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,1	2,6	2,1	3,1	1,5	1,7	2,5	0,3	2,6	1,7
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,7	1,3	2,1	0,4	-1,9	-0,5	-3,7	-0,7	-1,2
Economias Emergentes	VH	CPB	3,8	3,6	3,0	4,1	2,7	5,5	5,7	4,7	6,0	4,8

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2013 indicam a continuação de uma expansão económica relativamente moderada dos EUA, uma ligeira desaceleração do PIB da China e a manutenção de uma quebra significativa da produção industrial do Japão.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



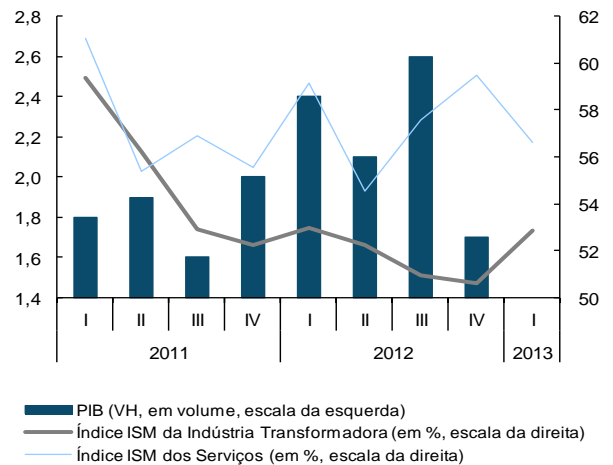
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/Consumo privado, média dos meses de janeiro e fevereiro.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2013 indicam que, em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 2,2% (2,4% no 4.º trimestre de 2012) apesar do indicador de confiança dos empresários da indústria ter aumentado;
- as vendas a retalho desaceleraram para 3,7% em termos nominais (4,3% no 4.º trimestre de 2012);
- a taxa de desemprego desceu para 7,7% e a taxa de inflação diminuiu para 1,7% (1,9% no 4.º trimestre de 2012).

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013 e em comparação homóloga, tanto o consumo privado como as exportações apresentaram uma melhoria, tendo acelerado para 2,1% em termos reais e para 3,2% em termos nominais, respetivamente (1,8% e 3,0%, no 4.º trimestre de 2012).

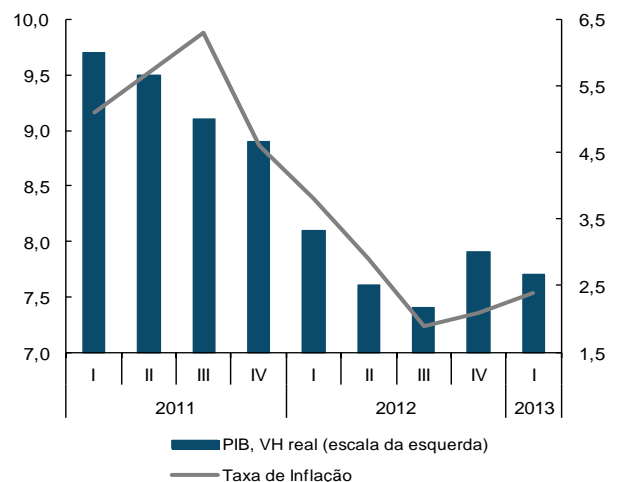
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 1.º trimestre de 2013, o crescimento do PIB da **China** desacelerou para 7,7% (7,9% no 4.º trimestre de 2012). Para esta evolução contribuiu um abrandamento da procura interna; já que as exportações melhoraram, tendo apresentado um crescimento robusto. A taxa de inflação homóloga subiu para 2,4% no 1.º trimestre de 2013 (2,1% no 4.º trimestre de 2012).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

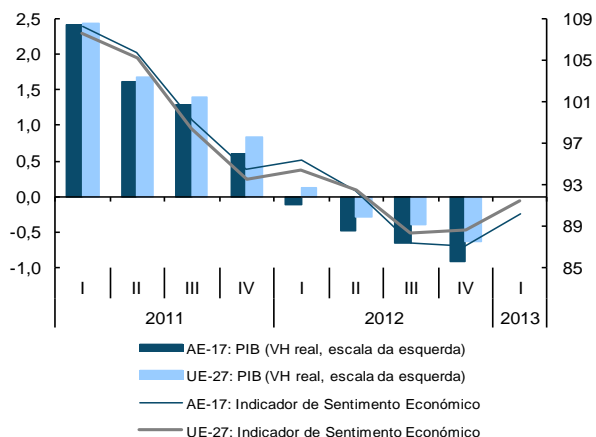
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013			
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,4	2,1	2,6	1,7	:	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,7	4,5	4,8	3,4	2,4	2,2	2,3	1,5	2,1	3,1	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	53,0	52,3	50,9	50,6	52,9	50,2	53,1	54,2	51,3	
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	59,1	54,5	57,6	59,5	56,6	60,8	56,4	56,9	56,5	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	75,5	76,3	75,0	79,4	76,7	72,9	73,8	77,6	78,6	
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,3	8,2	8,1	7,8	7,7	7,8	7,9	7,7	7,6	
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	8,1	7,6	7,4	7,9	7,7	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	7,9	8,9	10,4	4,5	9,5	19,0	14,0	25,0	21,8	10,0	
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,0	3,3	4,0	0,4	0,4	:	-	-	-	-	

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) embora tenha diminuído no mês de março, interrompendo a evolução ascendente registada entre outubro/novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

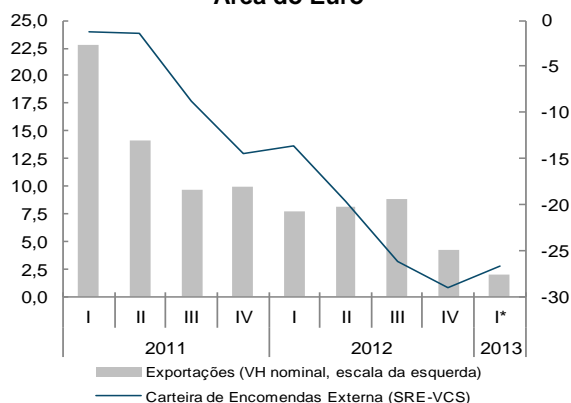
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, os indicadores quantitativos (produção industrial, vendas a retalho e exportações) para a área do euro melhoraram, apesar da atividade económica se ter mantido fraca.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



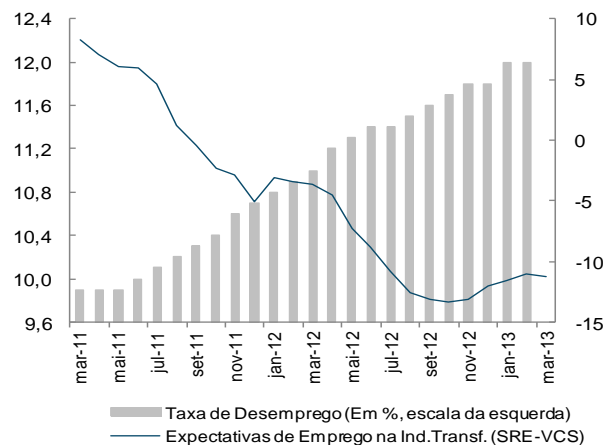
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de janeiro e fevereiro.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	0,1	-0,3	-0,4	-0,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	94,4	92,5	88,3	88,6	91,4	89,3	90,8	92,0	91,4
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	-0,1	-0,5	-0,6	-0,9	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	95,4	92,4	87,4	87,0	90,2	88,0	89,5	91,1	90,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-1,8	-2,1	-2,4	-3,0	:	-2,2	-2,5	-2,7	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,9	-1,3	-1,7	-1,7	-2,7	:	-2,9	-2,0	-1,8	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	10,9	11,3	11,5	11,8	:	11,8	12,0	12,0	:
IHPC	VH	"	2,5	2,7	2,5	2,5	2,3	1,9	2,2	2,0	1,9	1,7

Em fevereiro de 2013, a taxa de desemprego subiu para 10,9% na UE (10,8% em janeiro); enquanto se manteve em 12% na AE.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

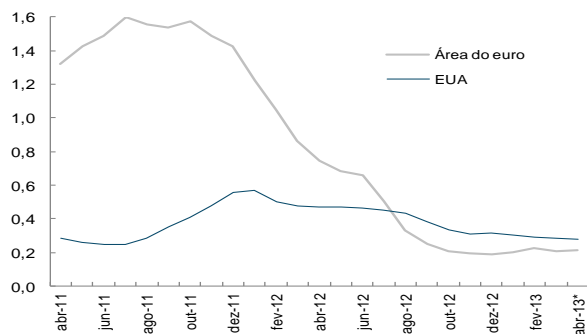
Em março de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora e da construção; enquanto melhoraram para os serviços e para o comércio a retalho.

Em março de 2013, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,7% em termos homólogos (1,9% em fevereiro) e para 2,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,4% em fevereiro). A evolução descendente da inflação resultou sobretudo da desaceleração dos preços de energia, os quais diminuíram para 1,7% em termos homólogos (3,9% em fevereiro).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis ao longo do mês de abril de 2013 tanto para a área do euro como para os EUA. Com efeito e, até ao dia 23, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,21% e a dos EUA em 0,28%.

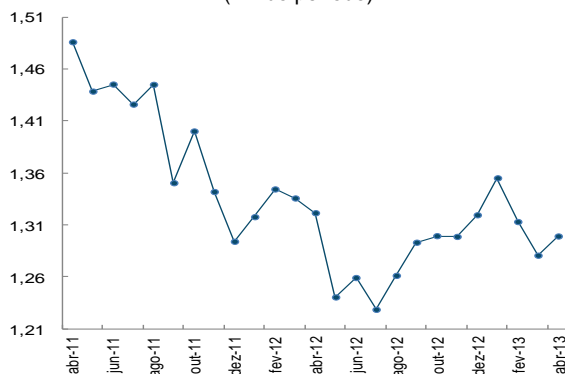
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 23.

Em março de 2013, as taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para a área do euro quer para os EUA. Esta evolução refletiu para a área do euro, as fracas perspetivas de crescimento económico e o recrudescimento de alguma incerteza em torno da moeda única influenciado pela crise financeira do Chipre. Para os EUA, o sentimento de mercado foi impulsionado pelo possível impacto dos cortes orçamentais de curto prazo no desempenho da economia.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

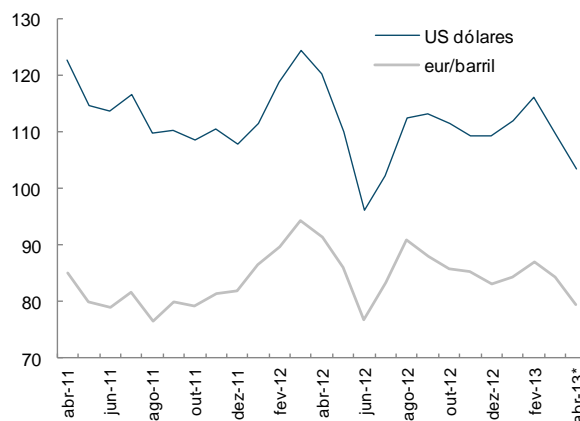


Fonte: Banco de Portugal. Para abril, o valor é do dia 23.

Em abril de 2013, a taxa de câmbio do euro face ao dólar apreciou-se, situando-se, no dia 23, em 1,30 (1,28 no final de março) invertendo a evolução descendente registada nos dois meses precedentes.

Em março de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 83,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em abril de 2013, e até dia 23, o preço do petróleo *Brent* diminuiu para se situar, em média, em 103 USD/bbl (79 €/bbl), traduzindo as preocupações relacionadas com as perspetivas de uma procura mais fraca do que anteriormente prevista.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 23.

No 1.º trimestre de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo aumentado 1,0% em termos homólogos (1,3% no 4.º trimestre de 2012) devido ao abrandamento do crescimento dos preços dos produtos alimentares.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012	2013		
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	0,78	0,66	0,22	0,19	0,21	0,19	0,23	0,21	0,21
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	2,04	1,82	1,64	1,71	1,95	1,72	1,91	1,98	1,96
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,39	4,27	3,99	3,41	3,14	3,18	3,11	3,21	3,09
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,336	1,259	1,293	1,319	1,28	1,32	1,36	1,31	1,28
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	8,1	-2,5	4,3	-2,5	11,3	0,6	5,8	1,4	3,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	6,9	-8,6	8,4	7,4	-0,5	2,4	2,5	-2,6	-0,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	118,21	108,78	109,31	110,01	112,56	109,18	112,07	116,14	109,46
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	12,4	-7,1	-2,6	1,0	-4,8	1,2	0,5	-2,2	-12,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	17,3	4,2	10,0	4,9	-5,4	1,6	-2,4	-3,2	-10,4
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,7	88,4	88,3	84,6	85,8	84,4	85,0	84,1	85,9	83,2

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

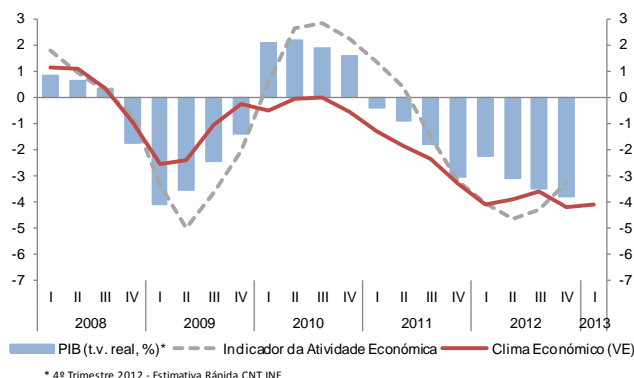
2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 1.º trimestre de 2013, segundo os dados divulgados pelo INE, o indicador de clima económico registou uma ligeira subida face ao trimestre anterior, relevando uma estabilização do indicador ao longo do último ano.

No mesmo período, à exceção da construção, todos os indicadores de confiança atenuaram a sua tendência de quebra, registando ligeiras subidas face ao trimestre anterior.

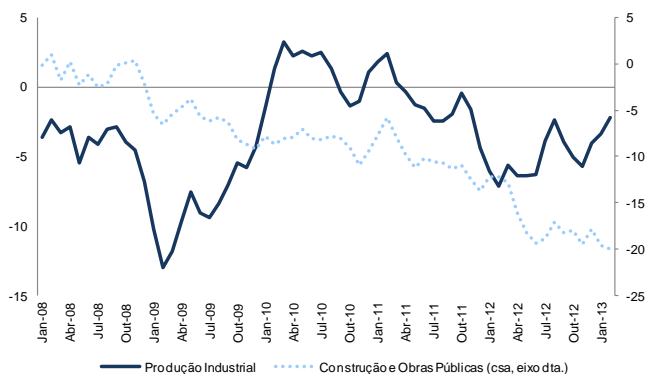
Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



Fonte: INE.

Numa outra perspetiva, o indicador de atividade económica, no trimestre terminado em fevereiro, reforçou a tendência de recuperação desde o 2.º trimestre de 2012.

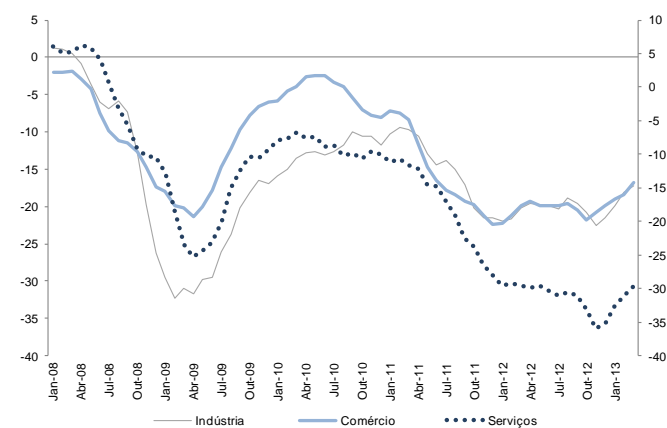
Figura 2.2. Índices de Produção (Quantitativos)



Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de janeiro e de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção diminuiu 3,2% e o índice de volume de negócios decresceu -5,1%, (-3,5% e -6,6% no último trimestre de 2012, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continua em quebra (-21%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 8,9% (-1,9% no 4.º trimestre de 2012).

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

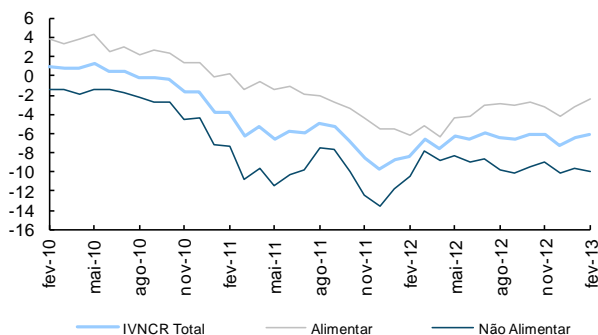
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012		2013		
				1T	2T	3T	4T		1T	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2,3	-3,1	-3,5	-3,8	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4,0	-4,1	-3,9	-3,6	-4,2	-4,1	-4,3	-4,4	-4,3	-4,2	-3,9
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20,3	-20,2	-19,9	-19,6	-21,4	-17,2	-22,9	-18,2	-18,6	-17,5	-15,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20,1	-19,9	-19,9	-20,5	-19,9	-16,7	-17,3	-19,7	-19,9	-15,8	-14,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31,5	-29,6	-30,3	-31,0	-35,2	-29,7	-35,3	-31,9	-31,0	-30,1	-28,1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70,4	-68,8	-71,5	-70,5	-70,7	-65,7	-70,6	-67,5	-68,2	-64,4	-64,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-3,0	-1,7	-4,9	-3,0	-2,1	:	-4,1	-3,5	-3,5	-2,8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3,1	0,5	-4,3	-5,3	-3,4	:	-6,9	-6,3	-2,9	-7,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9,7	-9,0	-11,0	-10,1	-8,8	:	-8,4	-12,9	-6,6	-11,2	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em fevereiro de 2013, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma desaceleração na queda, sendo que o total caiu 6,2% face ao período homólogo (no trimestre terminado em janeiro tinha caído 6,5%). Houve, no entanto, uma divergência no comportamento das rubricas Alimentar e Não Alimentar. Enquanto a primeira melhorou 0,8 p.p., de uma queda de 3,3% no trimestre terminado em janeiro; a segunda agravou-se em 0,2 p.p., para uma queda de 9,9% no trimestre terminado em fevereiro.

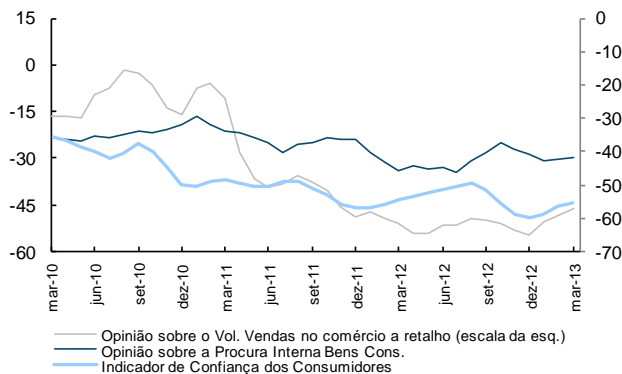
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

As opiniões dos empresários, quanto às perspetivas sobre o volume de vendas no comércio a retalho e a procura interna de bens de consumo melhoraram no 1.º trimestre de 2013 face ao 4.º trimestre de 2012. O Indicador de Confiança dos Consumidores também melhorou neste período, em resultado de um comportamento mais favorável de todas as suas componentes.

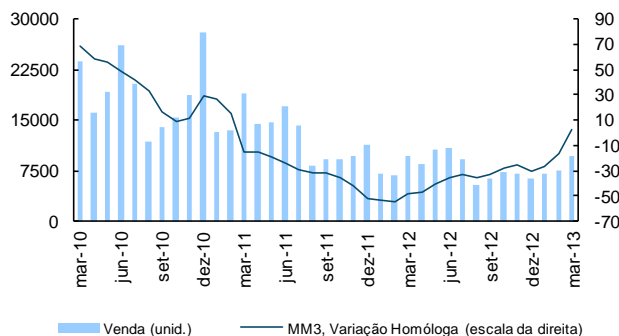
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O número de automóveis vendidos em março de 2013 foi 9608, isto é, mais 2095 que no mês anterior. A variação homóloga relativa ao mês foi marginalmente negativa. Já a variação homóloga do trimestre foi, pela primeira vez desde março de 2011, positiva, situando-se em 2,7%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

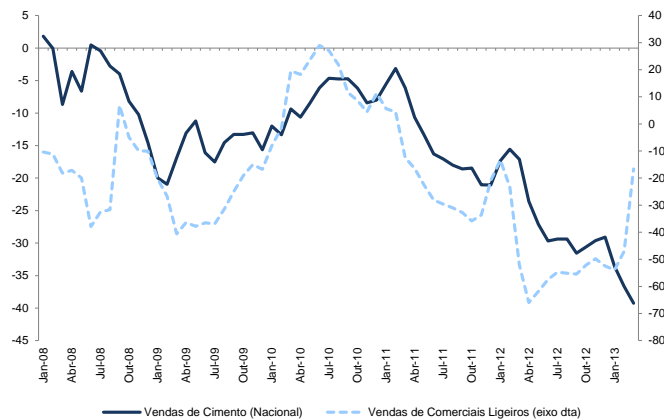
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012		2013		
				T1	T2	T3	T4	T1	nov	dez	jan	fev	mar
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5,6	-5,5	-5,7	-6,0	-5,3	:	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-54,5	-51,5	-51,4	-59,8	-55,3	-59,8	-58,4	-57,8	-52,8	-55,5
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51,7	-50,8	-51,7	-49,7	-54,5	-46,4	-55,3	-54,1	-42,2	-48,2	-48,9
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-6,5	-6,6	-6,6	-7,2	:	-5,9	-9,3	-4,2	-5,1	:
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-5,2	-4,2	-3,0	-4,3	:	-2,6	-5,9	-1,3	-0,1	:
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-7,9	-9,0	-10,1	-10,2	:	-9,3	-12,8	-7,1	-9,8	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-48,4	-35,5	-33,4	-30,3	2,7	-25,3	-43,5	0,8	8,9	-0,4
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-5,9	-6,1	-5,3	-7,7	-4,5	-5,0	-4,3	-12,6	0,1	-5,4	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2013 apontam para que o investimento tenha melhorado nos bens de equipamento e deteriorado na construção, face ao trimestre precedente.

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)

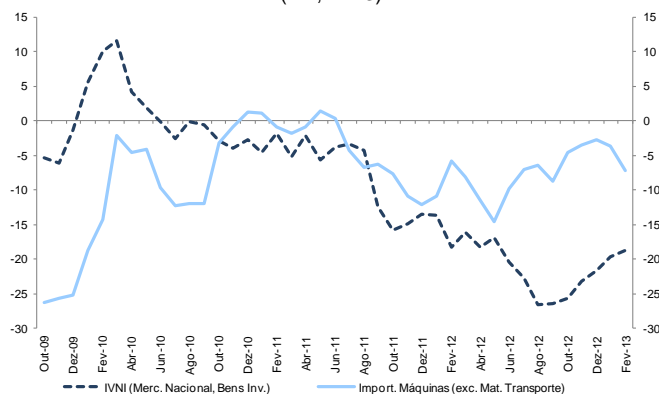


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de cimento apresentam uma quebra de 37,3% (-29,1% no 4.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros diminuirão 16,6% (-52,5% no trimestre precedente);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhoraram neste trimestre face ao último trimestre de 2012.

Figura 2.8. Bens de Equipamento (VH, MM3)



Fonte: INE.

O índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou marginalmente a sua evolução, situando-se nos -19,6% (-20,5% em janeiro)

Também em média, no mesmo período, as importações de bens de capital exceto material de transporte registaram uma descida de -7,6% em termos homólogos. As licenças de construção de fogos registaram um comportamento menos negativo, situando-se em -38,2% (-43,3% em novembro e dezembro).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

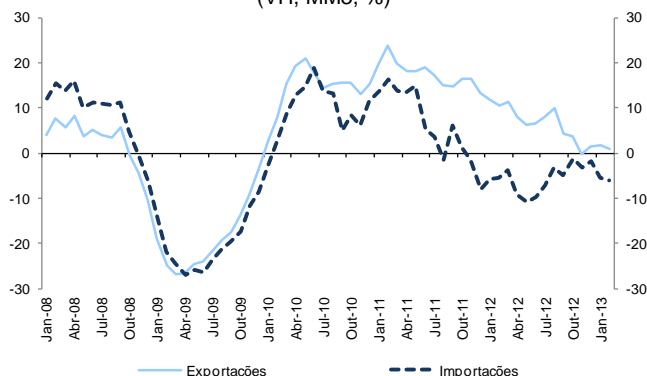
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2012			2013		
				1T	2T	3T	4T		1T	nov	dez	jan	fev	mar
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,7	-15,1	-20,8	-14,4	-2,6	:	:	:	:	:	:	
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14,5	-13,0	-17,5	-14,4	-13,2	:	:	:	:	:	:	
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16,2	-13,6	-17,5	-17,2	-16,6	:	-16,3	-16,6	-18,2	-19,0	:	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26,7	-17,1	-29,7	-31,5	-29,1	-39,2	-27,1	-37,3	-37,0	-35,7	-44,6	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-52,2	-57,4	-55,5	-52,5	-16,6	-49,9	-57,0	-51,5	23,6	15,9	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29,1	-52,8	-51,4	-5,8	22,7	-14	44,4	28,3	-14,6	59,5	-15,8	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45,0	-47,2	-45,3	-40,1	-47,5	-38,7	-49,0	-48,6	-18,3	-34,5	-38,2	
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34,7	-31,0	-35,1	-33,8	-39,9	:	-33,0	-53,6	-59,7	-16,7	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-5,5	-6,3	-8,5	-8,6	1,0	:	-1,2	-1,9	0,7	-15,9	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-211	-16,2	-20,4	-26,4	-21,7	:	-22,1	-16,8	-20,5	-19,6	:	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos, os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE para janeiro e fevereiro apontam para uma quebra de -6,3% das importações e uma variação de 2,1% das exportações.

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

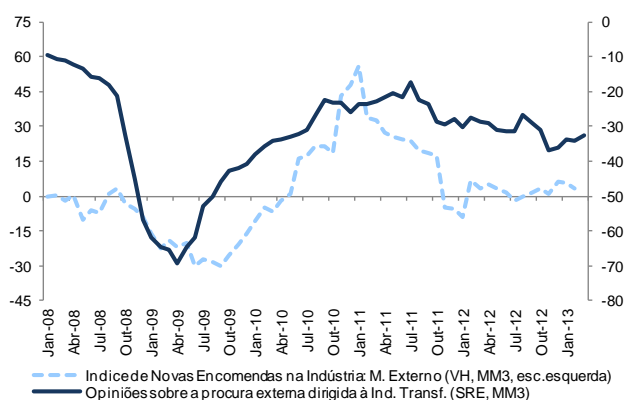
Nas exportações, o mercado extracomunitário foi responsável por um crescimento de 4,5%, mantendo um comportamento mais sólido que o do mercado intracomunitário cuja evolução foi positiva em 1%.

No que diz respeito às importações, a sua trajetória resultou de uma evolução negativa tanto no mercado intracomunitário (-7,6%), como no mercado extracomunitário (-2,9%).

No trimestre terminado em fevereiro, e em termos médios, o índice de novas encomendas à indústria do mercado externo cresceu 3,1% (+2,8 p.p. face a janeiro).

No 1.º trimestre de 2013, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com os meses anteriores.

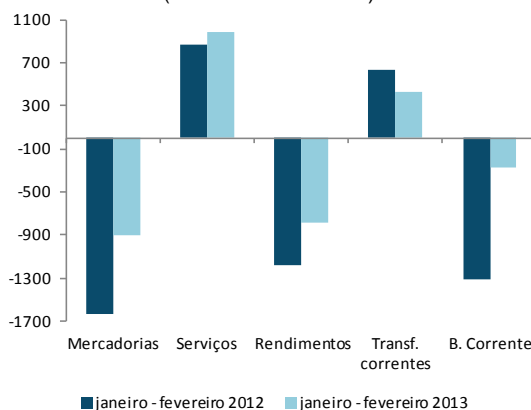
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até fevereiro de 2013, o défice acumulado da balança corrente foi de 276 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 1035 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, excetuando a balança de transferências correntes, sendo de destacar o da balança de bens que melhorou 733,8 milhões de euros.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 73,4 milhões de euros (uma melhoria de 989,7 milhões de euros face ao mesmo período de 2012).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2011				2012				2013	
					4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,2	3,3	6,2	8,2	3,7	1,9	-0,5	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5,9	-6,9	-13,4	-5,5	-10,8	-8,1	-3,1	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4,4	-0,5	-1,5	-1,7	0,1	-0,2	-0,2	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5,6	0,4	-2,9	-3,1	0,3	0,5	4,0	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,6	5,9	13,3	11,5	6,5	4,4	1,4	5,6	0,1	-1,8	6,8	-2,6
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3,8	-5,1	-8,0	-3,9	-9,6	-5,0	-1,6	5,1	-4,8	-5,5	-6,2	-6,4

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2011				2012				2013	Diferença
					4T	1T	2T	3T	4T	janeiro - fevereiro	janeiro - fevereiro			
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-16 328	-9 859	-1153,7	-1043,3	-489,3	2432,8	413,0	-913,3	73,4	986,7		
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 186	-14 205	-2613,0	-2398,7	-1871,4	-2252,8	-2059,4	-1635,8	-902,0	733,8		
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 661	7 697	1850,8	1372,6	2030,8	3340,2	1949,3	876,1	982,2	106,1		
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 464	-1929,6	-1559,5	-2074,3	-1498,6	-1290,0	-1185,2	-787,0	398,1		
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 195	2 990	527,4	820,7	732,2	1316,6	885,2	634,3	431,0	-203,2		

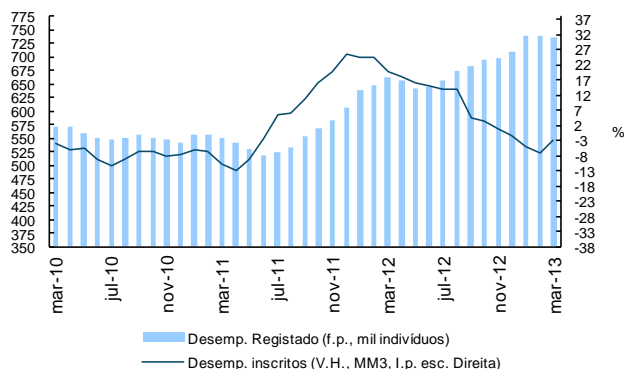
*valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, havia em março de 2013 um total de 734,4 mil desempregados registados (menos 5,2 mil desempregados do que em fevereiro). A taxa de variação homóloga foi de 11%, 2,9 p.p. abaixo do valor verificado em fevereiro.

No primeiro trimestre do ano, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi de -3,2%, apresentando assim uma melhoria face ao 4.º trimestre de 2012, no qual a queda era de 1,3%.

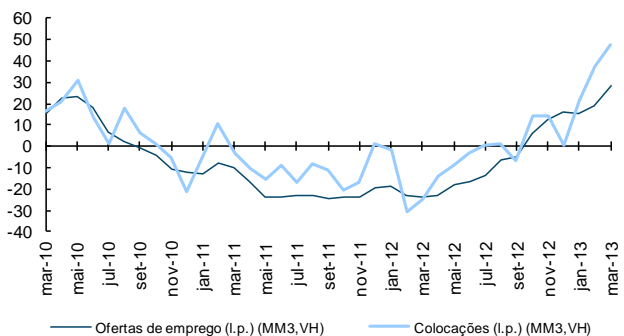
Figura 2.12. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

O primeiro trimestre do ano viu ainda um aumento de 28,6% nas ofertas de emprego e um aumento de 35,2% nas colocações face ao período homólogo. Estes valores compararam, respetivamente, com variações homólogas de 16,2% e 10,6% registadas no 4.º trimestre de 2012.

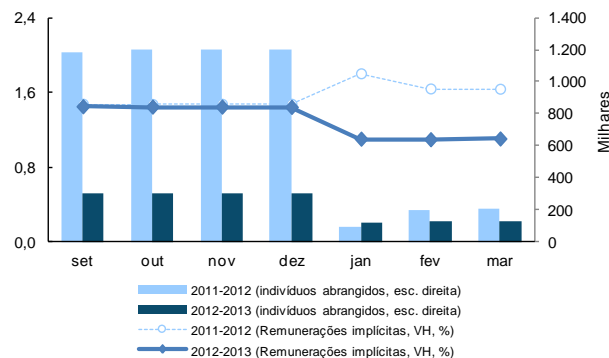
Figura 2.13. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) situou-se em 125,5 mil, abaixo do registado em março de 2012 (cerca de 200 mil). A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos IRCT manteve-se em 1,1%.

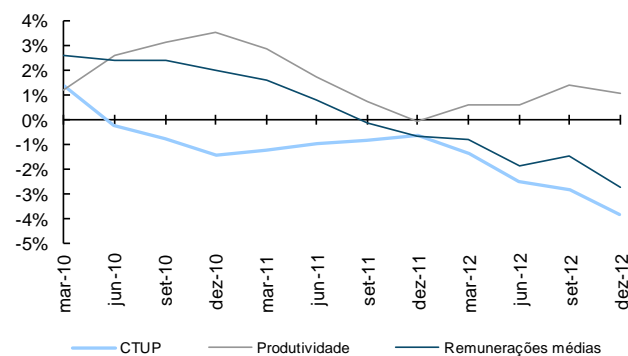
Figura 2.14. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

A publicação das Contas Trimestrais por Sector Institucional do INE permitem, também, analisar a evolução dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida para o 4.º trimestre de 2012. Seguindo a tendência dos trimestres anteriores, os CTUP diminuíram em 3,8%, uma queda 1 p.p. mais acentuada que a verificada no trimestre anterior. Esta evolução deve-se principalmente à queda nas remunerações, que está na ordem dos 2,7%, ao passo que o aumento da produtividade foi de 1,1%.

Figura 2.15. Custos de Trabalho por Unidade Produzida



Fontes: INE e GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

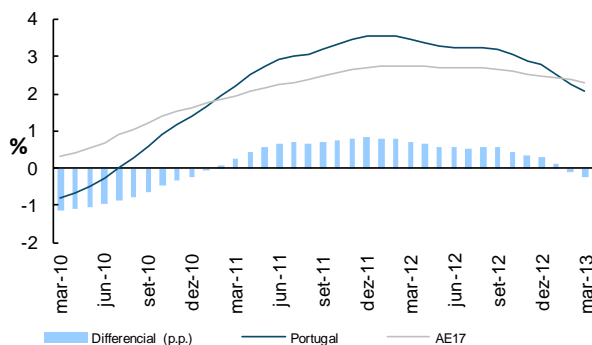
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012					2013	2012		2013		
				T4	T1	T2	T3	T4	T1	nov	dez	jan	fev	mar	
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	14,0	14,9	15,0	15,8	16,9	:	-	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	-4,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	:	-	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	11,7	19,8	24,5	23,4	17,4	11,0	19,6	17,4	16,1	14,1	11,0	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	8,5	25,3	19,8	14,7	4,3	-1,3	-3,2	1,7	-15,6	-1,8	-5,2	-3,0	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,8	-19,6	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	28,6	22,3	-1,8	24,4	34,2	28,4	
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,4	1,4	1,1	1,1	1,1	
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,1	2,8	1,6	2,5	2,2	1,9	:	-	-	-	-	-	

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Segundo os dados do Eurostat, no mês de março, a taxa de variação homóloga IHPC em termos de médias móveis de 12 meses em Portugal foi de 2,1 %, situando-se 0,2 p.p. abaixo da verificada na área do euro.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IHPC
(MM12, VH, %)



Fonte: Eurostat.

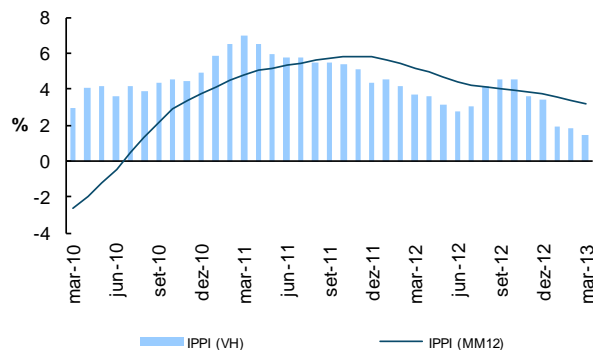
Os dados do INE permitem-nos verificar que os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em março, variações homólogas de 0% e 1,2%, respetivamente.

O IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, aumentou face ao período homólogo em 0,3% (0,8 p.p. acima do valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,1 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as maiores subidas de preços em termos homólogos se deram nas Bebidas Alcoólicas e Tabaco (4,5%) e na Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis (3,1%); ao passo que as maiores descidas em termos homólogos se registaram no Vestuário e Calçado (-4,5%) e nos Transportes (-2%).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em março uma variação homóloga de 1,5 % (-0,3 p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram principalmente os aumentos registados nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição, os quais foram de 6,6 e 2,4%, respetivamente. A única rubrica a apresentar variação negativa foi a da Indústria Extrativa (-0,3%).

Nota:

Devido à mudança de metodologia usada pelo INE para o cálculo do IPC, a qual levou a uma quebra de série, por uma questão de comparabilidade foi dada preferência à utilização da taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

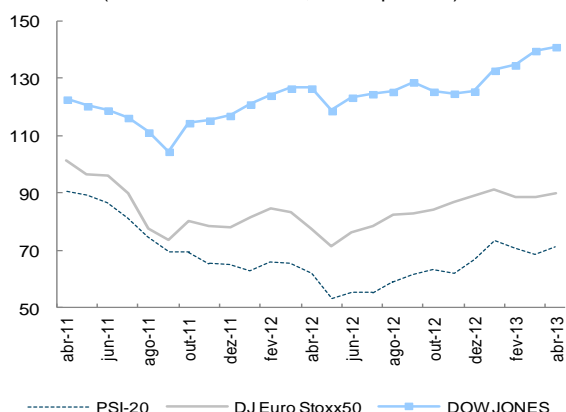
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012						2013		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	0,0	-0,1	0,6	0,3	-0,3	0,0	-1,2	-0,1	1,7
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	2,8	3,1	2,9	2,1	1,9	1,9	0,2	0,0	0,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,3	3,3	3,3	3,1	2,9	2,8	2,5	2,2	2,0
IPC - Bens	VH	"	2,5	2,5	3,0	2,6	1,6	1,2	1,2	-0,4	-0,6	0,0
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,2	3,2	3,4	3,0	3,0	3,0	1,0	0,7	1,2
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,3	1,4	1,1	1,1	1,2	1,3	-0,3	-0,5	0,3
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	3,0	4,2	4,5	4,6	3,6	3,4	1,9	1,8	1,5
IHPC	"	"	2,8	2,8	3,2	2,9	2,1	1,9	2,1	0,4	0,2	0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,5	0,6	0,6	0,4	0,4	0,3	0,1	-0,1	-0,2

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em abril de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução globalmente positiva, com exceção do setor financeiro para a área do euro devido às incertezas dos efeitos de contágio da reestruturação do setor bancário do Chipre aos restantes países da área do euro. Assim, em abril de 2013 e, no dia 23, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se ambos, cerca de 1%, face ao final do mês de março.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

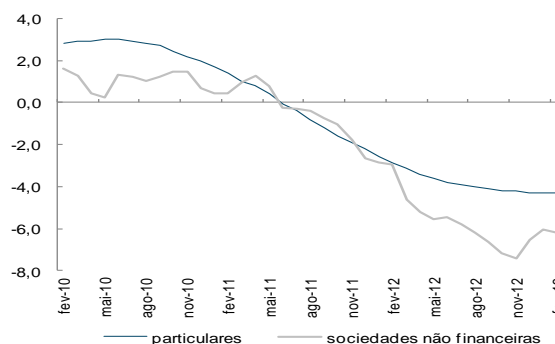


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para abril, o valor é do dia 23.

O índice PSI-20 acompanhou a tendência de recuperação evidenciada pelos mercados acionistas internacionais. De facto, em abril de 2013 e, no dia 23, o índice PSI-20 subiu 3,5% face ao final do mês de março.

Em fevereiro de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro deteriorou-se devido a uma quebra mais acentuada registada para o crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

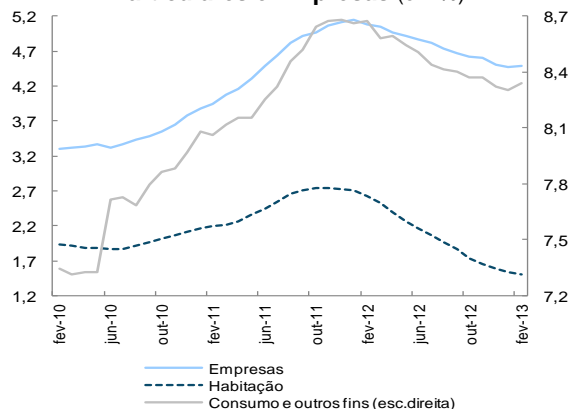


Fonte: Banco de Portugal.

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos estabilizaram, tendo registado, a mesma desaceleração (-4,3%) desde o mês de dezembro de 2012, evolução que se estendeu ao crédito à habitação. Já para o crédito ao consumo, a desaceleração foi menos significativa do que no mês precedente.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares devido ao prosseguimento da redução para os empréstimos à habitação. Já para o crédito ao consumo e outros fins, as taxas subiram ligeiramente; mantendo-se quase estabilizadas para o crédito às empresas.

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

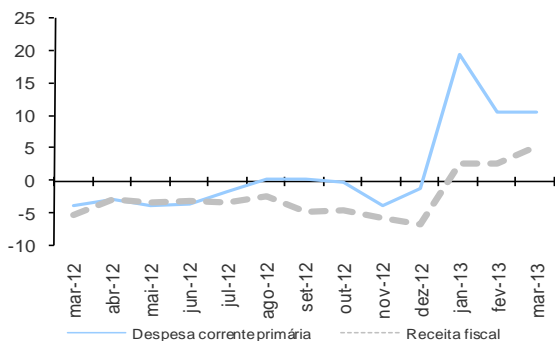
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012						2013		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	11,0	9,3	8,8	8,3	7,7	6,9	6,0	6,2	6,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	958	786	735	687	631	556	434	479	504
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	-0,2	6,6	4,1	2,9	-1,9	7,6	9,7	-3,4	-2,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,1	-3,2	-3,3	-3,4	-3,5	-3,6	-3,6	-3,6	:
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,1	-9,2	-9,5	-9,7	-8,8	-9,4	-9,5	-9,2	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-5,8	-6,2	-6,6	-7,2	-7,4	-6,5	-6,0	-6,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,59	2,06	1,97	1,87	1,74	1,66	1,59	1,53	1,51	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,51	4,81	4,73	4,67	4,62	4,60	4,51	4,48	4,49	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até março, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 1852,0M€, o que representa uma deterioração de 263,5M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 1147,9M€, agravando-se 173,2M€ face ao ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

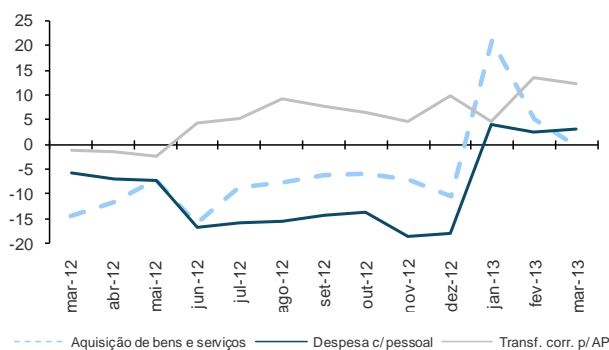
A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- uma aceleração da receita fiscal que cresceu 5,2%, justificada, essencialmente, pelo crescimento do IRS (22,6%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte e de um reforço do controlo dos valores entregues pelas empresas, e, em menor grau do imposto sobre o tabaco (0,5%) e do imposto único de circulação (4,4%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo dos restantes impostos, nomeadamente do IRC (10,8%), devido ao aumento dos reembolsos, O IVA, apesar de ter diminuído (-0,6%), apresenta uma recuperação face ao mês anterior, fato de importância substancial dado que é o primeiro mês em que se reflete o impacto da reforma da faturação. A receita não fiscal registou um decréscimo de 15,4%, refletindo o comportamento da generalidade das rubricas à exceção das ou-

tras receitas de capital, dos rendimentos de propriedade e das vendas de bens de investimento que verificaram uma evolução positiva; e

- um crescimento da despesa total em 5,3% e da despesa primária em 4,7%. A evolução da despesa foi condicionada pelo aumento das transferências para a Segurança Social (que inclui uma componente extraordinária destinada ao equilíbrio orçamental), CGA e União Europeia (devido à antecipação do pagamento relativo a Abril), dos juros e outros encargos (em resultado do pagamento em março do primeiro cupão de 3 empréstimos do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira), das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e das outras despesas correntes. Com impacto contrário na despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das destinadas à Administração Central.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012		2013		2012		2013		
	jan a mar		jan a mar		dez	jan	fev	mar	
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)				
Receita Total	8658	8937	21,5	21,7	-4,4	2,3	2,0	3,2	
Receita corrente	8455	8804	23,2	22,0	-6,1	2,1	1,8	4,1	
Impostos diretos	2856	3361	20,6	20,3	-9,5	12,5	15,3	17,7	
Impostos indiretos	4834	4727	25,8	24,5	-4,7	-3,8	-3,5	-2,2	
Despesa Total	10247	10789	22,1	22,4	0,0	11,4	3,5	5,3	
Despesa corrente	9441	10471	21,6	22,6	0,8	18,0	10,5	10,9	
Despesa com pessoal	2083	2148	24,6	24,1	-18,1	4,1	2,5	3,1	
Aquisição bens e serviços	254	253	14,3	15,3	-10,5	20,9	5,2	-0,3	
Subsídios	1	12	0,2	5,0	-57,0	-43,7	442,0	2354,9	
Juros	614	704	7,7	9,7	13,8	-14,9	8,8	14,7	
Transferências corr. p/ AP	5531	6204	25,3	25,0	9,9	4,7	13,5	12,1	
Saldo Global	-1589	-1852	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	-975	-1148	-	-	-	-	-	-	

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até março e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 382,5€, o que representa uma redução de 493,6M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,5%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de capital do Estado e das taxas multas e outras penalidades, esta última devido ao efeito base da receita extraordinária do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração móvel (272M€). Em sentido contrário, é de referir o acréscimo das contribuições para a CGA (justificada pelo aumento da taxa das entidades empregadoras e pelo pagamento em duodécimos do subsídio de Natal), das transferências correntes do Estado, nomeadamente para a CGA, e das outras transferências de capital (devido ao recebimento da compensação financeira relativa à transferência do fundo de pensões do IFAP, I.P. para a CGA); e
- um aumento da despesa em 2,5%, explicada, essencialmente, pelo aumento das outras transferências correntes (justificado pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas da CGA), dos juros e outros encargos da dívida suportados pelas EPR (principalmente do setor dos transportes e da gestão de infraestruturas) e das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal). Em sentido oposto, constata-se a diminuição do investimento (explicada pela suspensão e redução do investimento em escolas, assim como a execução a um ritmo mais lento das empreitadas da Parque Escolar, E.P.E.) e das outras despesas correntes.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até março, e na ótica da contabilidade pública, o défice do global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de -390,0M€, agravando-se 321,8M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela redução das transferências de capital do Estado (em virtude do efeito base da transferência do Estado para a RTP) e pela redução das transferências correntes da União Europeia destinadas principalmente à Parque Escolar, E.P.E. Do lado da despesa, é de salientar a redução das despesas de investimento, nomeadamente das realizadas pela Parque Escolar, E.P.E., e o aumento dos juros e outros encargos financeiros suportados por empresas do sector dos transportes e da gestão de infraestrutura.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em março, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 28M€, que compara com o défice de 65M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 1,8%, justificado pelo recebimento das transferências regulares do Orçamento do Estado e pelas componentes da receita: taxas moderadoras (57,5%) e venda de bens e serviços correntes (68,8%); e
- um decréscimo da despesa em 3%, devido sobretudo à diminuição da despesa com fornecimentos e serviços externos, com particular ênfase na diminuição da despesa com produtos vendidos em farmácias. Em sentido contrário verifica-se o aumento de outros subcontratos (13,1%), parcerias público-privadas (6,8%) e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (2,8%). Destaca-se, ainda, o acréscimo da despesa com pessoal, em 8,5%, consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde					
	2012		2013		2013	
	jan a mar			jan a mar		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	1 890	1 924	18,6	23,5	1,8	
Receita fiscal	1 888	1 922	-	23,5	1,8	
Transferências das Administrações Públicas	1 834	1 849	18,8	23,6	0,8	
Receita de capital	3	2	6,8	11,8	-32,1	
Despesa Total	1 955	1 896	23,6	23,1	-3,0	
Despesa com pessoal	219	238	27,1	24,7	8,5	
Aquisição de bens e serviços	1 715	1 649	23,4	23,3	-3,9	
Despesa de capital	12	1	15,1	2,4	-89,6	
Saldo Global	- 65	28	-	-	-	

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas					
	2012		2013		2013		2012		2013		
	jan a mar			jan a mar			jan a mar				
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	6 487	6 132	22,5	23,1	-5,5	889	548	25,3	18,9	1,6	
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	851	974	25,5	21,2	14,4	-	-	-	-	-	
Transferências correntes das Adm. Públicas	3 581	3 671	21,0	25,0	2,5	101	121	19,6	23,6	20,4	
Despesa Total	5 611	5 750	19,7	20,9	2,5	957	938	20,2	22,0	-1,9	
Despesa com pessoal	742	784	24,6	21,6	5,6	24	22	24,2	22,1	7,9	
Aquisição de bens e serviços	1 811	1 831	17,1	20,5	1,1	17	16	16,9	16,3	-0,3	
Transferências correntes	2 182	2 352	22,5	22,8	7,8	12	37	11,9	36,6	601,8	
Saldo Global	876	383	-	-	-	-68	-390	-	-	-	

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

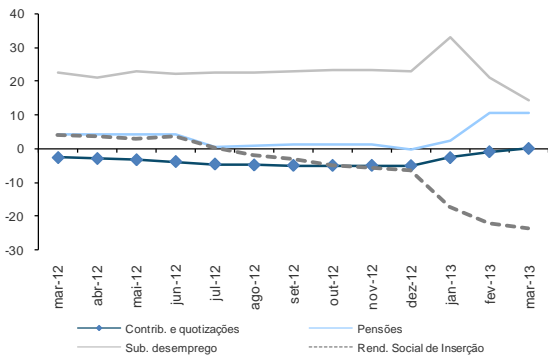
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até março, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 134,7M€, o que representa uma diminuição de 143,5M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

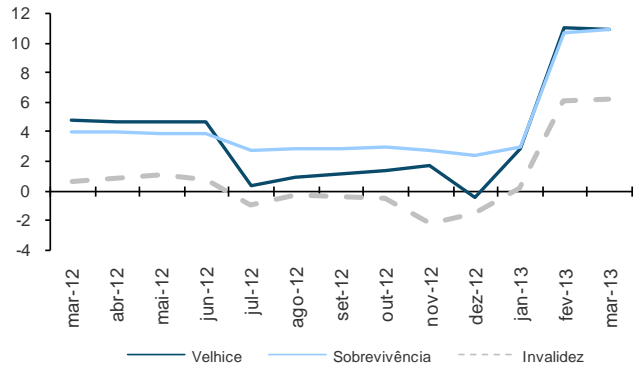
- um aumento da receita em 5,6%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (14,1%) e da componente do IVA Social (36,3%) e, ainda, das transferências com origem no Fundo Social Europeu (16,6%). As contribuições e quotizações, ao contrário do mês anterior, apresentaram um crescimento (0,2%); e
- um aumento da despesa em 8,5%, espelhando, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (10,6%), influenciada pelo pagamento de três duodécimos do subsídio de Natal, bem como pela evolução, ainda que em desaceleração, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (14,5%), das despesas de formação profissional nomeadamente as com suporte no FSE (35,7%) e das despesas com ação social (4,9%). Contrariamente constata-se uma diminuição das despesas com rendimento social de inserção (-23,5%) e das outras prestações sociais (-10,3%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 16,1% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,8% nas pensões de velhice e de 0,5% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição no subsídio de doença, em 8,4%, e nos beneficiários da pensão de invalidez, em 1,9%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



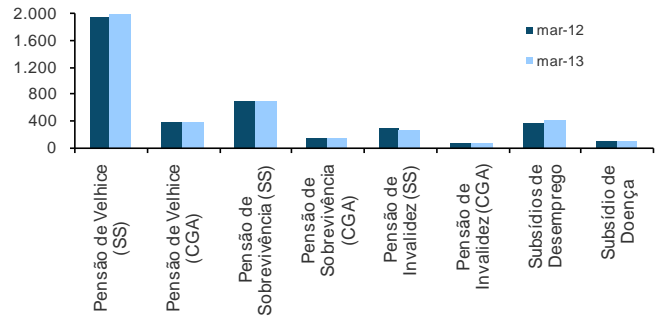
Fonte: DGO

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até março, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 120,5M€, que compara com 78,6M€ no período homólogo. A receita total aumentou 11,9%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (14,4%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, e do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal, das transferências correntes do OE (5,8%) e das transferências de capital devido ao recebimento da compensação financeira relativa à transferência do fundo de pensões do IFAP, I.P. no valor de 48M€. A despesa total aumentou 10,3%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas. Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,5% nas pensões de velhice e de 1,3% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan a mar		jan a mar		jan a mar		jan a mar			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	5806	6134	5,6	23,8	24,5	2012	2252	11,9	23,7	26,0
Contribuições e quotizações	3306	3312	0,2	25,4	25,1	850	973	14,4	25,6	21,2
Transferências correntes da Adm. Central	1788	2002	12,0	21,7	24,9	1144	1211	5,8	25,7	30,8
Despesa Total	5528	5999	8,5	22,7	23,9	1934	2132	10,3	23,9	24,2
Pensões	3190	3528	10,6	22,1	23,6	1924	2124	10,4	24,0	24,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	130	128	-2,0	25,0	19,2	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	640	733	14,5	25,0	27,2	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	1046	1001	-4,3	24,6	25,0	-	-	-	-	-
Saldo Global	278	135	-	-	-	79	121	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Administração Local

Até março, na ótica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 110,2€, o que corresponde a um agravamento de 135,3M€ relativamente ao ano anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 8%. A receita de capital apresentou um decréscimo de 31,3% acompanhada por uma redução ligeira da receita corrente de 0,3%. O comportamento da receita de capital deveu-se, sobretudo, à evolução das transferências de capital, no âmbito da transferência para o Fundo de Equilíbrio Financeiro ao abrigo da Lei das Finanças Locais, e menor grau, da venda de bens de investimento. O desenvolvimento das receitas correntes traduz a diminuição da receita fiscal, em particular do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e da Derrama, e das transferências de outros subsectores da Administração Pública; e
- um aumento da despesa total em 1,8%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (1,9%), determinada pelo crescimento da despesa com pessoal (pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e da aquisição de bens e serviços, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores. A despesa de capital regista um ligeiro aumento (1,7%), repercutindo, essencialmente, a evolução da despesa em aquisição de bens de capital (4,7%).

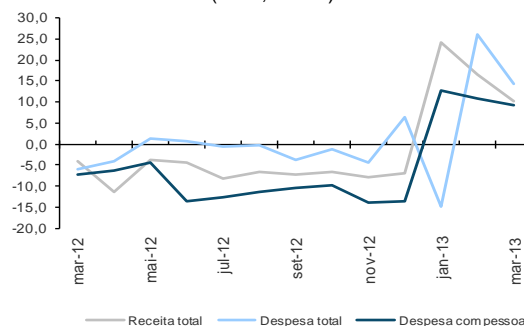
Administração Regional

Até março, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 3,7M€, o que corresponde a um agravamento de 15M€ face ao período homólogo. Este comportamento resulta da deterioração do excedente da Região Autónoma dos Açores (RAA), em 8,9M€ face ao período homólogo e da Região Autónoma dos Madeira (RAM), em 6M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 10,1%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, e das transferências do OE (2,6%) para a RAA, contrariamente à RAM, cujas transferências diminuíram (-0,9%) devido à reclassificação das transferências da Lei de Meios como transferências de capital. A receita de capital denotou um acréscimo de 14%, apresentando a RAM um aumento de 56,7% devido à reclassificação referida anteriormente e, em sentido oposto, a RAA verificou uma contração de 4,1%; e
- um acréscimo da despesa total em 14,3%, traduzindo os contributos semelhantes das duas regiões: 12,1%, na RAA, e de 14,5%, na RAM. A despesa corrente apresenta um aumento de 8,9%, com variações de 3,3% na RAA e 14,4% na RAM. Para este comportamento contribuiu essencialmente a despesa com pessoal e transferências correntes para as famílias, no caso da RAA, e da despesa com pessoal (pagamento do duodécimo do subsídio de Natal), despesa com aquisição de bens e serviços (encargos com SCUT) e dos juros e outros encargos no caso da RAM. Como observado no mês anterior, constata-se um aumento da despesa de capital para ambas as regiões autónomas, contribuindo em 5,9 p.p. para a despesa efetiva.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2012	2013		2012	2013	
	jan a mar			jan a mar		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita total	424	467	10,1	1 378	1 267	-8,0
Impostos	228	263	15,5	260	217	-16,4
Transferências correntes	129	130	1,1	503	557	10,7
Despesa total	406	464	14,3	1 353	1 378	1,8
Pessoal	160	175	9,3	497	513	3,2
Aquisição de bens e serviços	45	61	36,9	345	356	3,2
Transferências correntes	143	139	-3,1	88	94	7,0
Investimento	6	20	212,7	289	302	4,7
Saldo global	19	4	-	25	- 110	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em fevereiro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 208,9 mil M€, mais 393M€ que no final de janeiro. Esta evolução deve-se essencialmente ao aumento do *stock* do Estado, nomeadamente devido ao empréstimo obtido do FEEF, no montante nominal de 800M€, parcialmente para fazer face ao aumento do endividamento das empresas públicas incluídas na administração central.

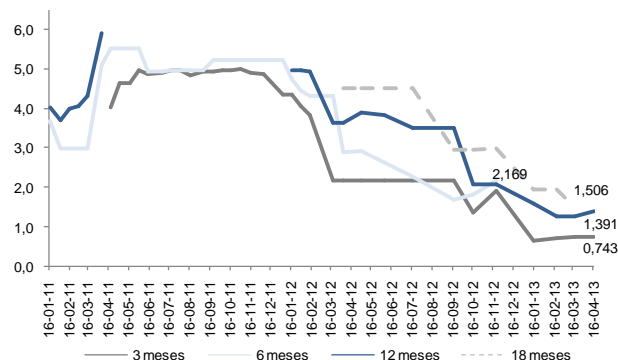
Dívida Direta do Estado

No final de março, a dívida direta do Estado situava-se em 199,7 mil M€, diminuindo 518M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à amortização líquida de BT (681,1M€), de CEDIC (209,1M€), de outra dívida não transacionável (4,8M€) e à recompras da OT 5,45% Set2013 no valor nominal de 22,5M€. Em sentido contrário registou-se a emissão de CEDIM (56,2M€), de ECP (11,5M€) e a diminuição do saldo de CT e CA (em 3,1 e 1,7M€, respetivamente). As flutuações cambiais no mês contribuíram para o aumento do saldo da dívida em 336,7M€.

Emissões de Dívida

A 17 de abril de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 250M€ a 3 meses e 1500M€ a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,743% (0,757% na emissão de março) e a 1 ano foi de 1,394% (1,277% na emissão anterior com idêntica maturidade).

Figura 2.27. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

Quadro 2.13. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	28-fev-13	mar-13			31-mar-13
	Saldo	Emissões	Amoriz.	Outros	Saldo
Transacionável	118 529	3 131	3 823	30	117 867
Bilhetes do Tesouro	19 238	1 819	2 500	0	18 557
Obrigações do Tesouro	96 120	0	23	0	96 098
Não Transacionável	17 219	2 459	2 623	0	17 057
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 105	71	76	0	11 100
CEDIC e CEDIM	5 545	2 388	2 542	0	5 392
Prog. de Ajustamento Económico	64 445	0	0	0	64 753
Total	200 194	5 590	6 446	0	199 676

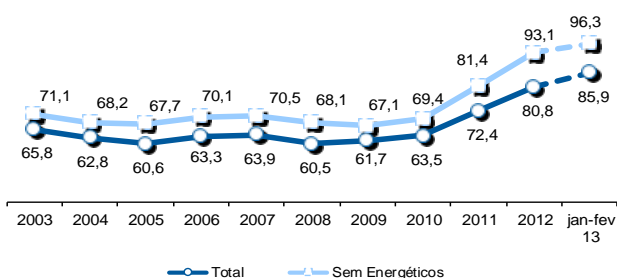
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dois meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 2% enquanto as importações decresceram 6,3% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 37,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,3% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 3,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a fevereiro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	7 419	7 568	2,0	0,8	4,2
Importações (cif)	9 402	8 809	-6,3	-6,1	-6,0
Saldo (fob-cif)	-1 982	-1 242	-37,4	-29,4	-34,8
Cobertura (fob/cif)	78,9	85,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	6 752	6 840	1,3	0,6	3,4
Importações (cif)	7 368	7 102	-3,6	-5,2	-8,0
Saldo (fob-cif)	-615	-262	-57,4	-48,6	-65,6
Cobertura (fob/cif)	91,6	96,3	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a fevereiro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	2 018	2 102	4,2	3,7	14,9
Importações (cif)	2 658	2 605	-2,0	-0,8	-1,7
Saldo (fob-cif)	-640	-502	-21,5	-18,1	-43,5
Cobertura (fob/cif)	75,9	80,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº4/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de fevereiro de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do controlo regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2013, as exportações representaram 85,9% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 7 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 96,3% das importações (+4,7 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de fevereiro

Valores em milhões de Euros

janeiro a fevereiro	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	7 419	7 568	2,0
Importações (cif)	9 402	8 809	-6,3
Saldo (fob-cif)	-1 982	-1 242	-37,4
Cobertura (fob/cif)	78,9	85,9	-
Intra UE			
Exportações (fob)	5 402	5 465	1,2
Importações (cif)	6 744	6 205	-8,0
Saldo (fob-cif)	-1 342	- 739	-44,9
Cobertura (fob/cif)	80,1	88,1	-
Extra UE			
Exportações (fob)	2 018	2 102	4,2
Importações (cif)	2 658	2 605	-2,0
Saldo (fob-cif)	- 640	- 502	-21,5
Cobertura (fob/cif)	75,9	80,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 44,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 1,2% e as importações a decrescer 8%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 21,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 726	4 431	-6,2	3 623	3 870	6,8
fev	4 676	4 378	-6,4	3 797	3 698	-2,6
mar	5 106			4 149		
abr	4 415			3 558		
mai	5 031			4 043		
jun	4 536			3 987		
jul	4 709			4 115		
ago	4 418			3 365		
set	4 684			3 581		
out	5 061			4 033		
nov	4 616			3 910		
dez	4 229			3 238		
1º Trim	14 507			11 568		
2º Trim	13 983			11 588		
3º Trim	13 811			11 061		
4º Trim	13 906			11 181		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dois meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 2%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,3%.

Entre janeiro e fevereiro de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+1,1 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,9 p.p.) e dos “Energéticos” (+0,8 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,9%). Seguem-se os “Químicos” (12,5%).

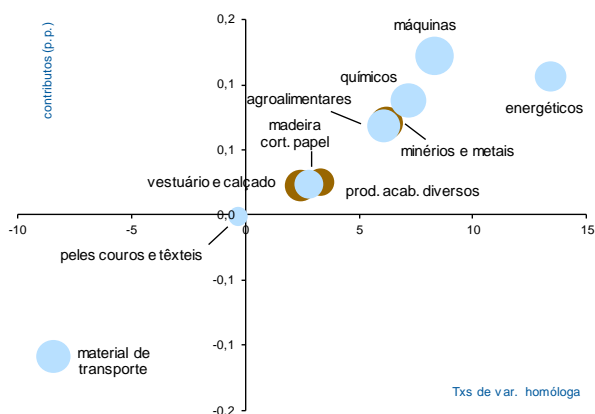
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em fevereiro de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,2%). As “Máquinas” foram as que mais contribuíram para este comportamento (+1,2 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Energéticos” e dos “Químicos” (+1,1 p.p. e +0,9 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Agroalimentares” e dos “Minérios e Metais”, para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com 0,7 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2013 (Total: 4,2%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-fev		Anual		jan-fev		últimos 12 meses ^[1]		jan-fev	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	7 419	7 568	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	4,2	2,0	2,0
000 Agro-Alimentares	783	849	9,6	11,5	10,6	11,2	6,2	0,7	8,5	0,9
100 Energéticos	667	728	4,5	8,5	9,0	9,6	13,4	1,1	9,1	0,8
200 Químicos	866	946	10,6	12,5	11,7	12,5	7,2	0,9	9,3	1,1
300 Madeira, Cortiça e Papel	587	626	7,8	8,1	7,9	8,3	2,8	0,2	6,6	0,5
400 Peles, Couros e Têxteis	292	306	4,8	4,1	3,9	4,0	-0,3	0,0	5,0	0,2
500 Vestuário e Calçado	736	749	10,5	9,2	9,9	9,9	2,4	0,2	1,8	0,2
600 Minérios e Metais	875	829	10,9	11,7	11,8	11,0	6,1	0,7	-5,3	-0,6
700 Máquinas	1072	1125	19,7	15,1	14,5	14,9	8,3	1,2	4,9	0,7
800 Material de Transporte	984	836	12,7	11,7	13,3	11,0	-8,4	-1,1	-15,0	-2,0
900 Produtos Acabados Diversos	557	573	9,0	7,7	7,5	7,6	3,3	0,3	2,8	0,2
Por memória:										
Total sem energéticos	6 752	6 840	95,5	91,5	91,0	90,4	3,4	3,1	1,3	1,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2013.

[2] $(\text{mar } 12\text{-fev } 13) / (\text{mar } 11\text{-fev } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

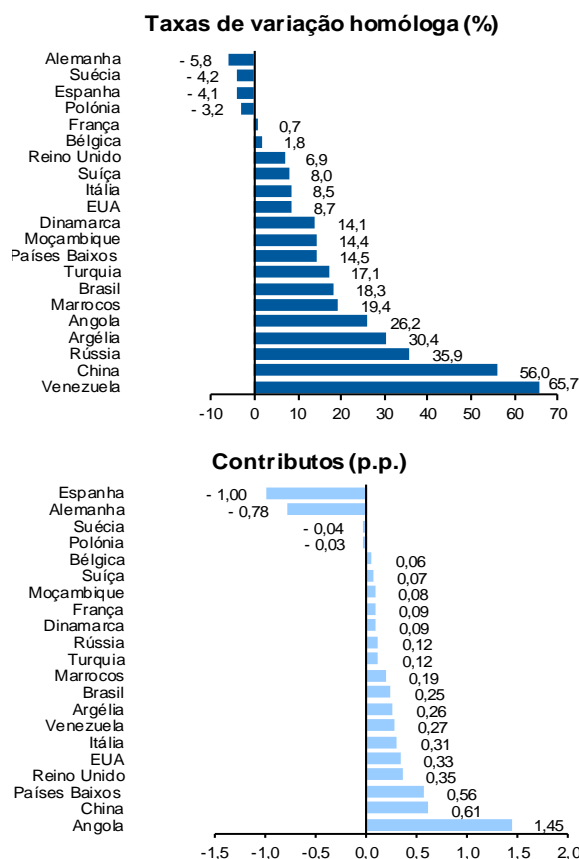
Nos primeiros dois meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,2%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 1,0% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 5,0%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 4,2% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+1,1 p.p.).

As exportações de mercadorias para os Países Baixos (+0,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para Espanha, Itália e Reino Unido (todos com +0,3 p.p.).

No último ano a terminar em fevereiro de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,4%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,1%. As exportações para os Países Baixos (+0,6 p.p.) e o Reino Unido (+0,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Venezuela (+65,7%), a China (+56,0%) e a Argélia (+30,4%).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-fev		12 meses ^[1]		jan-fev	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Valores em milhões de Euros									
TOTAL	7 419	7 568	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	4,2	2,0	2,0
Intra UE-27	5 402	5 465	77,1	71,1	72,8	72,2	0,4	0,3	1,2	0,9
dos quais:										
UE-15	5 176	5 229	74,7	67,9	69,8	69,1	0,1	0,1	1,0	0,7
Espanha	1737	1763	28,7	22,5	23,4	23,3	-4,1	-1,0	1,5	0,3
Alemanha	979	945	12,9	12,3	13,2	12,5	-5,8	-0,8	-3,5	-0,5
França	942	906	12,6	11,8	12,7	12,0	0,7	0,1	-3,8	-0,5
R.Unido	385	406	6,0	5,3	5,2	5,4	6,9	0,4	5,4	0,3
P.Baixos	286	331	3,5	4,2	3,9	4,4	14,5	0,6	15,7	0,6
Itália	259	285	4,1	3,7	3,5	3,8	8,5	0,3	9,8	0,3
Bélgica	247	251	2,6	3,1	3,3	3,3	1,8	0,1	1,7	0,1
Suécia	87	60	1,3	1,0	1,2	0,8	-4,2	0,0	-30,7	-0,4
Dinamarca	52	57	0,7	0,7	0,7	0,7	14,1	0,1	9,8	0,1
Alargamento	226	237	2,4	3,2	3,0	3,1	6,5	0,2	5,0	0,2
Polónia	69	67	0,7	0,9	0,9	0,9	-3,2	0,0	-1,6	0,0
Extra UE-27	2 018	2 102	22,9	28,9	27,2	27,8	14,9	3,9	4,2	1,1
dos quais:										
Angola	391	446	4,4	6,6	5,3	5,9	26,2	1,4	14,1	0,7
EUA	389	325	4,7	4,1	5,2	4,3	8,7	0,3	-16,5	-0,9
China	122	85	0,5	1,7	1,6	1,1	56,0	0,6	-30,5	-0,5
Brasil	99	114	0,7	1,5	1,3	1,5	18,3	0,2	15,4	0,2
Marrocos	82	121	0,5	1,0	1,1	1,6	19,4	0,2	48,4	0,5
Argélia	49	110	0,2	0,9	0,7	1,5	30,4	0,3	122,7	0,8
Suíça	63	69	0,7	0,9	0,9	0,9	8,0	0,1	9,2	0,1
Turquia	53	62	0,6	0,8	0,7	0,8	17,1	0,1	17,2	0,1
Venezuela	42	30	0,0	0,7	0,6	0,4	65,7	0,3	-28,8	-0,2
Moçambique	53	47	0,2	0,6	0,7	0,6	14,4	0,1	-12,1	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	55	26	0,0	0,7	0,7	0,3	-4,2	0,0	-52,4	-0,4
PALOP	502	543	5,4	8,0	6,8	7,2	20,7	1,4	8,3	0,6
EFTA	82	90	1,0	1,1	1,1	1,2	9,9	0,1	10,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2013.

[2] (mar 12-fev 13)/(mar 11-fev 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a fevereiro de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 6,3% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-3,5 p.p.), “Máquinas” (-1,5 p.p.) e “Material de Transporte” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros dois meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 1,4 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,4%).

Nos primeiros dois meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 8,0%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 também diminuiram 8,0%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 8,6%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 2,0%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (5,4% do total). Seguem-se a China (2,7%) e os Camarões (1,9%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-fev		Anual		jan-fev		12 meses ^[1]		jan-fev	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	9 402	8 809	100,0	100,0	100,0	100,0	-6,0	-6,0	-6,3	-6,3
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	1288	1420	12,6	15,6	13,7	16,1	0,6	0,1	10,2	1,4
100-Energéticos	2 034	1707	13,4	20,6	21,6	19,4	2,5	0,5	-16,1	-3,5
200-Químicos	1559	1517	13,4	16,7	16,6	17,2	-1,5	-0,2	-2,7	-0,4
300-Peleas, Mad, Cortiça e Papel	396	400	4,7	4,3	4,2	4,5	-11,3	-0,5	0,9	0,0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	641	619	6,7	6,5	6,8	7,0	-9,2	-0,6	-3,4	-0,2
500-Minérios e Metais	787	734	10,3	8,2	8,4	8,3	-10,5	-0,9	-6,7	-0,6
600-Máquinas [4]	1412	1267	20,2	14,7	15,0	14,4	-10,2	-1,6	-10,3	-1,5
700-Material de Transporte [5]	811	711	13,0	8,4	8,6	8,1	-22,3	-2,2	-12,4	-1,1
800-Prod. Acabados Diversos	473	434	5,7	5,1	5,0	4,9	-9,4	-0,5	-8,2	-0,4
Total sem energéticos	7 368	7 102	86,6	79,4	78,4	80,6	-8,0	-6,5	-3,6	-2,8
Mercados de origem										
Intra UE-27	6 744	6 205	76,6	71,8	71,7	70,4	-7,6	-5,6	-8,0	-5,7
dos quais:										
UE-15	6 514	5 994	74,8	69,2	69,3	68,0	-8,0	-5,6	-8,0	-5,5
Espanha	3 007	2 755	31,1	31,8	32,0	31,3	-7,2	-2,3	-8,4	-2,7
Alemanha	1 111	1 027	14,0	11,5	11,8	11,7	-11,9	-1,5	-7,6	-0,9
França	634	581	8,7	6,6	6,7	6,5	-7,2	-0,5	-8,4	-0,6
Itália	457	423	5,5	5,3	4,9	4,8	-7,5	-0,4	-7,3	-0,4
Países Baixos	438	443	4,7	4,9	4,7	5,0	0,0	0,0	1,1	0,0
Reino Unido	293	249	3,7	3,0	3,1	2,8	-14,2	-0,5	-15,0	-0,5
Bélgica	237	214	2,9	2,5	2,5	2,4	-6,2	-0,2	-9,6	-0,2
Suécia	100	86	1,1	1,0	1,1	1,0	-13,1	-0,1	-14,1	-0,1
Irlanda	73	78	0,8	1,0	0,8	0,9	-1,6	0,0	6,6	0,1
Alargamento	230	210	1,8	2,7	2,4	2,4	1,8	0,0	-8,6	-0,2
Extra UE-27	2 658	2 605	23,4	28,2	28,3	29,6	-1,7	-0,5	-2,0	-0,6
dos quais:										
Angola	403	472	0,6	3,2	4,3	5,4	34,8	0,8	17,1	0,7
China	244	238	1,8	2,4	2,6	2,7	-9,1	-0,2	-2,5	-0,1
Brasil	253	133	2,3	2,4	2,7	1,5	-20,5	-0,5	-47,5	-1,3
EUA	124	158	1,6	1,7	1,3	1,8	-0,8	0,0	27,6	0,4
Nigéria	149	135	1,7	1,6	1,6	1,5	-39,2	-1,0	-9,0	-0,1
Arábia Saudita	163	119	0,7	1,6	1,7	1,4	-10,6	-0,2	-26,8	-0,5
Argélia	94	7	1,0	1,4	1,0	0,1	-4,5	-0,1	-92,5	-0,9
Cazaquistão	91	106	0,5	1,4	1,0	1,2	-10,8	-0,2	16,4	0,2
Azerbaijão	101	0	0,1	0,9	1,1	0,0	1,6	0,0	-100,0	-1,1
Guiné Equatorial	118	0	0,7	0,8	1,3	0,0	39,6	0,2	-100,0	-1,3
Rússia	49	91	0,9	0,8	0,5	1,0	-6,7	-0,1	87,1	0,4
Libia	60	0	1,3	0,7	0,6	0,0	466,7	0,5	-100,0	-0,6
Camarões	71	169	0,0	0,7	0,8	1,9	207,4	0,5	136,5	1,0
OPEP ^[6]	966	825	6,3	9,4	10,3	9,4	5,3	0,4	-14,6	-1,5
EFTA	90	72	1,9	0,9	1,0	0,8	-38,7	-0,5	-20,1	-0,2
PALOP	407	487	0,7	3,2	4,3	5,5	32,3	0,8	19,6	0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2013.

[2] $(\text{mar } 12\text{-fev } 13) / (\text{mar } 11\text{-fev } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

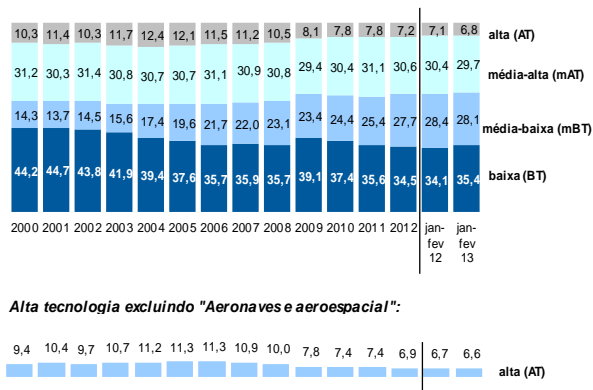
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros dois meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,9%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (57,8%), sendo os produtos de baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+5,9%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

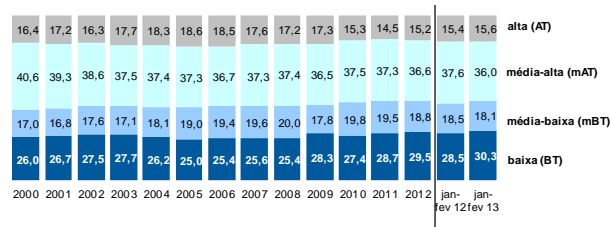
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,0p.p.).

As exportações dos produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica contribuíram negativamente (ambos com -0,2 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 6,0%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-3,8 p.p. e -1,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a fevereiro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ¹⁾ (p.p.)			
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-fev 2013-12	2011	2012	jan-fev		2012	2013		
									2012	2013				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 913 384	7 039 815	7 176 646	3,4	6,3	1,9	100,0	100,0	100,0	100,0	6,3	1,9		
Alta tecnologia	3 071 468	501 542	489 919	-5,5	-2,8	-2,3	7,8	7,2	7,1	6,8	-0,2	-0,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ²⁾	2 932 4 49	471 067	469 824	-5,7	-1,7	-0,3	7,4	6,9	6,7	6,6	-0,1	0,0		
Média-alta tecnologia	13 144 759	2 143 288	2 132 582	3,2	4,6	-0,5	31,1	30,6	30,4	29,7	1,4	-0,2		
Média-baixa tecnologia	11 885 291	1 996 459	2 014 869	8,3	15,8	0,9	25,4	27,7	28,4	28,1	4,0	0,3		
Baixa tecnologia	14 811 867	2 398 525	2 539 276	2,6	3,1	5,9	35,6	34,5	34,1	35,4	1,1	2,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	45 398 462	7 419 452	7 567 649	3,5	5,9	2,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5,9	2,0		
Residual ³⁾	2 485 078	379 637	391 004	4,3	-1,1	3,0	5,9	5,5	5,1	5,2	-0,1	0,2		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 799 049	7 110 232	6 685 374	-3,2	-9,6	-6,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,6	-6,0		
Alta tecnologia	6 509 067	1 095 945	1 042 678	-5,9	-5,1	-4,9	14,5	15,2	15,4	15,6	-0,7	-0,7		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ²⁾	6 174 167	1 064 056	982 738	-5,4	-6,3	-7,6	14,0	14,5	15,0	14,8	-0,9	-1,1		
Média-alta tecnologia	15 649 437	2 675 529	2 405 931	-3,5	-11,4	-10,1	37,3	36,6	37,6	36,0	-4,3	-3,8		
Média-baixa tecnologia	8 025 409	1 313 959	1 212 506	-4,0	-12,9	-7,7	19,5	18,8	18,5	18,1	-2,5	-1,4		
Baixa tecnologia	12 615 136	2 024 799	2 024 260	-0,4	-7,2	0,0	28,7	29,5	28,5	30,3	-2,1	0,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 207 768	9 401 565	8 809 209	-1,3	-5,1	-6,3	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,1	-6,3		
Residual ³⁾	13 408 719	2 291 333	2 123 835	6,8	12,6	-7,3	20,1	23,9	24,4	24,1	2,5	-1,8		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

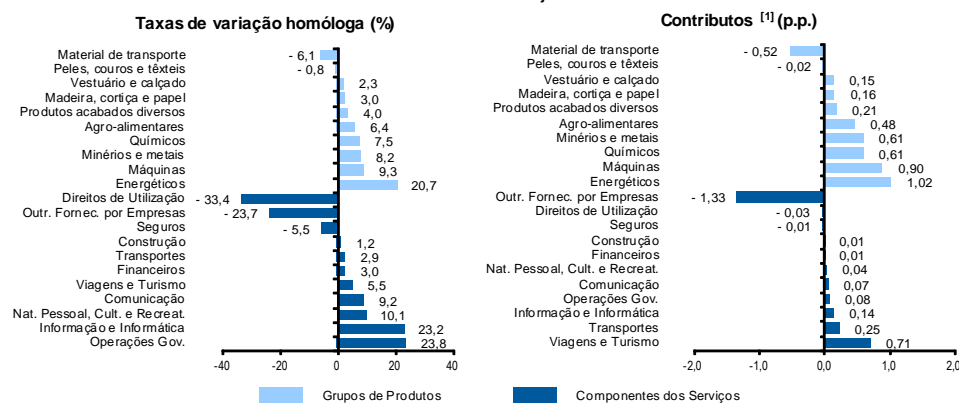
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de janeiro de 2013, no primeiro mês de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,0%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (4.4 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

No primeiro mês de 2013, a componente dos Serviços representou 26,1% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1.6 p.p.) para o crescimento das Exportações (créditos). Do lado das Importações (débitos) o peso desta componente foi de 16,3% no total e o seu comportamento reforçou o decréscimo das importações (-6,7%) em 0,9 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em janeiro de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,02 p.p.) e das “Máquinas” (+0,90 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,71 p.p.) e Transportes (+0,25 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em janeiro de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,5%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro		média anual 07-12	12 meses [1]		janeiro	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	4 904	5 197	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	3,5	3,5	6,0	6,0
Bens	3 625	3 842	69,4	70,4	73,9	73,9	3,4	5,2	3,6	6,0	4,4
Serviços	1 278	1 355	30,6	29,6	26,1	26,1	2,4	-0,2	0,0	6,0	1,6
Transportes	423	423	7,7	8,3	8,6	8,1	4,7	2,9	0,2	0,1	0,0
Viagens e Turismo	441	466	13,3	13,3	9,0	9,0	3,1	5,5	0,7	5,9	0,5
Comunicação	33	42	1,0	0,8	0,7	0,8	-1,4	9,2	0,1	25,7	0,2
Construção	34	41	1,1	0,9	0,7	0,8	-1,4	12	0,0	18,9	0,1
Seguros	8	6	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	-5,5	0,0	-24,6	0,0
Financieiros	15	18	0,4	0,4	0,3	0,4	-0,4	3,0	0,0	20,3	0,1
Informação e Informática	40	50	0,4	0,7	0,8	1,0	15,0	23,2	0,1	25,3	0,2
Direitos de Utilização	7	3	0,1	0,1	0,1	0,1	-10,2	-33,4	0,0	-57,6	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	229	260	5,6	4,1	4,7	5,0	-3,3	-23,7	-1,3	13,4	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	27	23	0,3	0,4	0,5	0,5	7,9	10,1	0,0	-12,7	-0,1
Operações Governamentais	21	22	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	23,8	0,1	4,8	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	5 447	5 084	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	-6,9	-6,9	-6,7	-6,7
Bens	4 568	4 253	84,7	83,9	83,9	83,7	-1,3	-6,3	-5,2	-6,9	-5,8
Serviços	879	831	15,3	16,1	16,1	16,3	0,0	-9,9	-1,7	-5,5	-0,9
Transportes	265	255	4,9	5,0	4,9	5,0	-0,3	-4,9	-0,2	-3,7	-0,2
Viagens e Turismo	217	228	4,2	4,6	4,0	4,5	0,5	-0,8	0,0	5,1	0,2
Comunicação	37	38	0,7	0,6	0,7	0,8	-3,6	-2,1	0,0	4,4	0,0
Construção	10	9	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	-15,3	0,0	-8,7	0,0
Seguros	22	22	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	7,9	0,0	0,4	0,0
Financieiros	36	24	0,3	0,7	0,7	0,5	16,0	-22,3	-0,2	-31,8	-0,2
Informação e Informática	27	28	0,4	0,6	0,5	0,6	4,7	-16,8	-0,1	2,5	0,0
Direitos de Utilização	44	35	0,5	0,5	0,8	0,7	-1,4	-13,8	-0,1	-21,0	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	151	138	3,0	2,6	2,8	2,7	-3,6	-28,7	-1,0	-9,0	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	60	42	0,5	0,8	1,1	0,8	6,0	-4,2	0,0	-28,9	-0,3
Operações Governamentais	10	10	0,3	0,2	0,2	0,2	-13,1	10,4	0,0	1,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até janeiro de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2013

De acordo com a primeira notificação de 2013 do Procedimento dos Défices Excessivos, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 28 de março, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2012, situaram-se nos 6,4% e 123,6% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)

	2009	2010	2011	2012	2013p
Saldo Global					
1. Notificação de Março de 2013	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4	-5,5
2. Notificação de Setembro de 2012	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-1,4	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Março de 2013	-7,3	-7,0	-0,4	-2,0	-1,1
2. Notificação de Setembro de 2012	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-1,4	:
Juros					
1. Notificação de Março de 2013	2,8	2,8	4,1	4,4	4,4
2. Notificação de Setembro de 2012	2,8	2,9	4,0	4,3	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,1	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Março de 2013	83,7	94,1	108,3	123,6	122,4
2. Notificação de Setembro de 2012	83,2	93,5	108,1	119,1	:
Diferença (1-2)	0,5	0,6	0,2	4,5	:

Fonte: INE, Notificação do Procedimento de Défices Excessivos de 28 de março de 2013.

Considerando o tratamento estatístico das operações subjacentes ao acordado no âmbito do Programa, o défice orçamental, em 2012, foi de 4,7% do PIB, tendo, deste modo, sido respeitado o limite definido no Programa de Ajustamento Económico (5,0% do PIB). As diferenças no tratamento das operações dizem respeito à receita da venda da concessão aeroportuária ANA – Aeroportos de Portugal, SA, (0,7% do PIB), ao aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos através de ações ordinárias (0,5% do PIB), à conversão de suprimentos concedidos pela Parpública, Participações Públicas (SGPS) em aumento de capital na Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SA (0,5% do PIB) e às imparidades associadas à transferência de ativos do BPN para as empresas Parvalorem S.A. e Parups S.A. (0,1% do PIB), as quais colocaram o défice orçamental em 6,4% do PIB.

Note-se que estas duas últimas reclassificações estatísticas tiveram também impacto no valor do rácio da dívida, fazendo-o aumentar em 0,6 p.p. do PIB, Corrigindo desse efeito, o rácio da dívida situa-se em 123,0% do PIB no final de 2012.

Analisando a conta das Administrações Públicas (Quadro 2) em percentagem do PIB, observa-se, uma diminuição quer da despesa total quer da receita total.

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas

	2009	2010	2011	2012
Receita Total	39,6	41,6	45,0	41,0
Receita Corrente	38,9	38,8	40,5	39,7
Receita Fiscal	21,7	22,1	23,6	22,9
Receita Contributiva	12,5	12,3	12,2	11,6
Outras receitas correntes	4,6	4,4	4,7	5,2
Receita de Capital	0,7	2,8	4,5	1,3
Despesa Total	49,7	51,5	49,4	47,4
Despesa Corrente	45,8	45,7	45,4	44,3
Despesas com pessoal	12,7	12,2	11,4	9,9
Prestações Sociais que não em espécie	17,0	17,1	17,3	18,0
Juros	2,8	2,8	4,1	4,4
Outras despesas correntes	13,2	13,6	12,6	12,1
Despesa de Capital	4,0	5,7	4,0	3,1
Saldo Global	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4
Saldo Primário	-7,3	-7,0	-0,4	-2,0
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	46,9	48,7	45,3	43,0
Despesa Corrente Primária	42,9	42,9	41,3	39,9

Fonte: INE, março 2013.

Em termos de receita fiscal, constata-se uma diminuição de 0,7 p.p., influenciada pelo decréscimo da receita dos impostos sobre o rendimento e o património, refletindo a quebra de receita de IRS originada pelo aumento da taxa de desemprego e pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e aos pensionistas, assim como o efeito base da coleta da sobretaxa extraordinária em sede de IRS de 3,5%, e pelo decréscimo da receita dos impostos sobre a produção e importação. A rubrica contribuições sociais também registrou um decréscimo (0,6 p.p.), refletindo a diminuição do emprego total na economia. A receita de capital apresenta uma diminuição significativa face ao ano anterior (-3,2 p.p.), justificada essencialmente pelo facto do valor desta rubrica em 2011 se encontrar influenciado pela operação extraordinária de transferência de fundos de pensões do setor bancário (3,5 p.p. do PIB).

O total da despesa apresenta uma redução de 2 p.p. face a 2011, enquanto que a despesa primária se reduziu em 2,3 p.p.. A evolução da despesa com juros (+0,3 p.p. do PIB) reflete o aumento do nível de endividamento público, enquanto a taxa de juro implícita na dívida se reduziu face ao ano anterior.

Para o comportamento da despesa primária contribuiu a redução da despesa corrente, -1 p.p. do PIB, que reflete a diminuição das despesas com pessoal, muito influenciada pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos, pela forte restrição às promoções e progressões e pela redução do número de efetivos, e ainda o decréscimo das outras despesas correntes. A despesa de capital acompanhou a evolução decrescente, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. do PIB, sendo, em larga medida, afetada pelo efeito das medidas de carácter extraordinário⁵ nos últimos dois anos.

⁵ Em 2011, pela recapitalização do BPN e pela assunção da dívida de uma garantia concedida a uma empresa pertencente à Região Autónoma da Madeira. Em 2012 devido à receita do leilão dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração de comunicações móveis, pelo aumento de capital na CGD, à conversão de suprimentos concedidos pela Parpública em aumento de capital na Sagestamo, SGPS, SA e às imparidades associadas à transferência de activos do BPN.

Em sentido contrário, verificou-se um aumento das prestações sociais, em particular, das prestações que não em espécie (0,7 p.p. do PIB) justificado, maioritariamente, pelo aumento das despesas com pensões e aumento da despesa com subsídio de desemprego.

Em 2012, a generalidade dos países europeus manteve a trajetória de consolidação orçamental, traduzindo-se numa redução do défice público, quer para a área do euro, quer para o conjunto da União Europeia (Quadro 3).

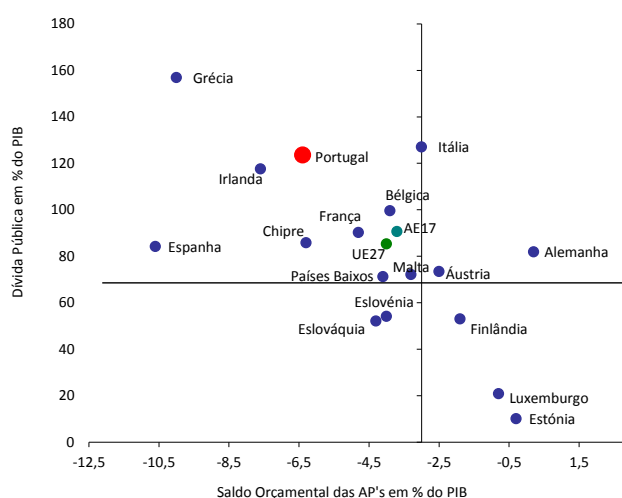
Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia (% do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
União Europeia	-6,9	-6,5	-4,4	-4,0	74,6	80,0	82,5	85,3
Área do euro	-6,4	-6,2	-4,2	-3,7	80,0	85,4	87,3	90,6
Bélgica	-5,6	-3,8	-3,7	-3,9	95,7	95,5	97,8	99,6
Alemanha	-3,1	-4,1	-0,8	0,2	74,5	82,4	80,4	81,9
Irlanda	-13,9	-30,8	-13,4	-7,6	64,8	92,1	106,4	117,6
Grécia	-15,6	-10,7	-9,5	-10,0	129,7	148,3	170,3	156,9
Espanha	-11,2	-9,7	-9,4	-10,6	53,9	61,5	69,3	84,2
França	-7,5	-7,1	-5,3	-4,8	79,2	82,4	85,8	90,2
Itália	-5,5	-4,5	-3,8	-3,0	116,4	119,3	120,8	127,0
Chipre	-6,1	-5,3	-6,3	-6,3	58,5	61,3	71,1	85,8
Luxemburgo	-0,8	-0,9	-0,2	-0,8	15,3	19,2	18,3	20,8
Malta	-3,7	-3,6	-2,8	-3,3	66,4	67,4	70,3	72,1
Países Baixos	-5,6	-5,1	-4,5	-4,1	60,8	63,1	65,5	71,2
Áustria	-4,1	-4,5	-2,5	-2,5	69,2	72,0	72,5	73,4
Portugal	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4	83,7	94,0	108,3	123,6
Eslovénia	-6,2	-5,9	-6,4	-4,0	35,0	38,6	46,9	54,1
Finlândia	-2,5	-2,5	-0,8	-1,9	43,5	48,6	49,0	53,0
Eslováquia	-8,0	-7,7	-5,1	-4,3	35,6	41,0	43,3	52,1
Estónia	-2,0	0,2	1,2	-0,3	7,2	6,7	6,2	10,1
Bulgária	-4,3	-3,1	-2,0	-0,8	14,6	16,2	16,3	18,5
República Checa	-5,8	-4,8	-3,3	-4,4	34,2	37,8	40,8	45,8
Dinamarca	-2,7	-2,5	-1,8	-4,0	40,7	42,7	46,4	45,8
Letónia	-9,8	-8,1	-3,6	-1,2	36,9	44,4	41,9	40,7
Lituânia	-9,4	-7,2	-5,5	-3,2	29,3	37,9	38,5	40,7
Hungria	-4,6	-4,3	4,3	-1,9	79,8	81,8	81,4	79,2
Polónia	-7,4	-7,9	-5,0	-3,9	50,9	54,8	56,2	55,6
Roménia	-9,0	-6,8	-5,6	-2,9	23,6	30,5	34,7	37,8
Suécia	-0,7	0,3	0,2	-0,5	42,6	39,4	38,4	38,2
Reino Unido ^(a)	-11,5	-10,2	-7,8	-6,3	64,8	79,4	85,5	90,0

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 22 de abril de 2013.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

No contexto europeu, em 2012, o défice orçamental português situou-se acima da média da área do euro em 2,7 p.p. do PIB, sendo que onze dos dezassete países apresentam défices superiores a 3% do PIB, bem como a própria média da área do euro (Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo Orçamental e Dívida Pública em 2012

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 22 de abril de 2013.

É de salientar ainda que, em 2012, quatro dos doze países da área do euro com um procedimento aberto por défice excessivo, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, encontram-se sob programas de assistência financeira (Quadro 4).

Quadro 4: Países com procedimento por défice excessivo em 2012

País	Decisão do Conselho sobre a existência de défice excessivo	Prazo limite para a correção
Chipre	13 de Julho de 2010	2012
Áustria	2 de Dezembro de 2009	2013
Bélgica	2 de Dezembro de 2009	2012
Itália	2 de Dezembro de 2009	2012
Holanda	2 de Dezembro de 2009	2013
Portugal	2 de Dezembro de 2009	2014
Eslovénia	2 de Dezembro de 2009	2013
Eslováquia	2 de Dezembro de 2009	2013
França	27 de Abril de 2009	2013
Irlanda	27 de Abril de 2009	2015
Grécia	27 de Abril de 2009	2016
Espanha	27 de Abril de 2009	2014
Dinamarca	13 de Julho de 2010	2013
República Checa	2 de Dezembro de 2009	2013
Polónia	7 de Julho de 2009	2012
Roménia	7 de Julho de 2009	2012
Lituânia	7 de Julho de 2009	2012
Letónia	7 de Julho de 2009	2012
Reino Unido	8 de Julho de 2008	2014/15*
Hungria	5 de Julho de 2004	2012

*Ano Financeiro

Nota: No caso de Portugal, encontra-se em processo de aprovação o adiamento do prazo limite para a correção do défice excessivo para 2015.

Não obstante a redução dos défices orçamentais, a dívida pública continuou a aumentar, em percentagem do PIB, situando-se em 82,5% na União Europeia e em 87,2% do PIB, na área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência de 60% do PIB (Quadro 3).

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

Em 2012, Portugal registou um ajustamento défice-dívida significativo, o qual reflete a aquisição líquida de ativos financeiros, nomeadamente as operações de reforço de capital do sistema bancário, com recurso a capitais públicos, e o aumento de depósitos. Adicionalmente, os outros ajustamentos são influenciados pela redução das dívidas a fornecedores, principalmente no sector da saúde.

Quadro 4: Ajustamento défice – dívida em Portugal (% PIB)

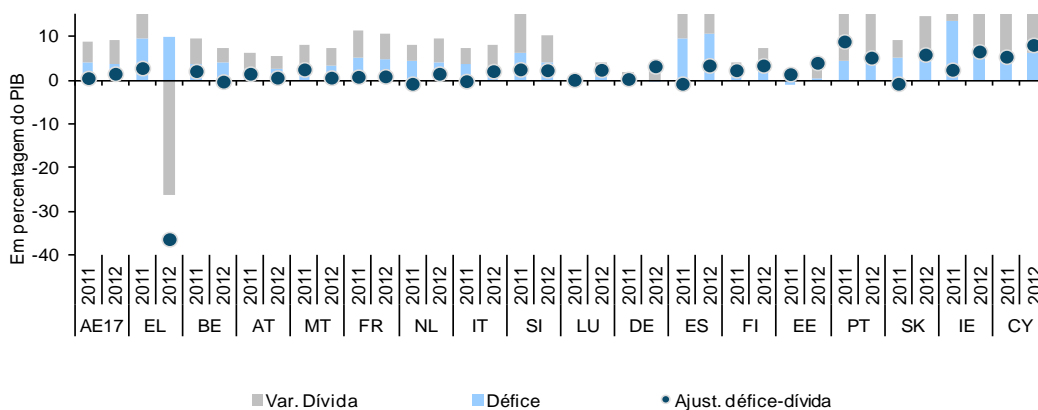
	2009	2010	2011	2012
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	0,4	2,6	8,9	5,2
Aquisição líquida de activos financeiros	0,6	2,8	8,3	2,9
Moeda e depósitos	-0,3	0,4	6,0	0,7
Títulos excluindo acções	0,2	-0,3	0,1	3,7
Empréstimos	-0,1	0,7	0,3	0,7
Acções e outras participações	0,6	0,9	-0,2	-0,7
Outros activos financeiros	0,3	1,0	2,2	-1,6
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	-0,3	-0,1	0,5	2,4

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, April 2012.

Comparando com os outros países da área do euro verifica-se que estes ajustamentos estão notoriamente acima dos verificados para a média da área do euro (0,5% em 2011 e 1,5% em 2012)), tendo, nos últimos dois anos, contribuído significativamente para o acréscimo do rácio da dívida pública em Portugal.

Gráfico 2: Déficit orçamental, variação da dívida pública e ajustamento défice-dívida

(em percentagem do PIB)



Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustment (SFA) for the Member States, the Euro area and the EU27 for the period 2009-2012*, as reported in the April 2013 EDP notification, 22 April 2013.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais</p> <p>Conselho de Ministros de 26 de abril</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, transpondo uma diretiva comunitária que introduziu medidas adicionais para dissuadir os atrasos de pagamentos.</p> <p>Esta diretiva regula todas as transações comerciais, independentemente de terem sido estabelecidas entre empresas (a estas se equiparando os profissionais liberais) ou entre empresas e entidades públicas, tendo em conta que estas são responsáveis por um considerável volume de pagamentos às empresas.</p> <p>É estabelecido um valor mínimo para a taxa de juros legais de mora comerciais nos termos previstos na diretiva, tendo sido mantida a opção de sujeitar todas as transações cobertas pela diretiva ao regime comercial.</p> <p>É igualmente previsto que, no caso de contratos entre empresas, o prazo de pagamento não deve exceder em regra 60 dias, sem prejuízo de as partes poderem acordar expressamente um prazo superior, se tal não constituir um abuso manifesto face ao credor.</p> <p>No caso de contratos entre empresas e entidades públicas são referidos prazos de pagamento que em regra não excedem 30 dias, salvo disposição expressa em contrário no contrato e desde que tal seja objetivamente justificado pela natureza particular ou pelas características do contrato, não podendo exceder 60 dias.</p> <p>Impõe-se ainda que os credores sejam ressarcidos de forma justa dos custos suportados com a cobrança de pagamentos em atraso, incluindo os custos administrativos e internos associados com essa cobrança.</p>
<p>Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020</p> <p>Conselho de Ministros de 23 de abril</p>	<p>Aprovou a proposta para a Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020, programa elaborado com o envolvimento de entidades de referência dos diversos sectores da economia, que se propõe contribuir decisivamente para relançar o País numa trajetória de crescimento sustentável, em especial nos sectores de produção de bens e serviços transacionáveis.</p> <p>Definem-se, no âmbito da referida estratégia, oito eixos de atuação que serão desenvolvidos em medidas concretas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação, educação e formação; ▪ Financiamento; ▪ Consolidação e revitalização do tecido empresarial; ▪ Promoção do investimento; ▪ Competitividade fiscal; ▪ Internacionalização; ▪ Inovação e empreendedorismo; ▪ Infraestruturas logísticas. <p>Com vista a realizar uma monitorização isenta e imparcial da execução da estratégia e a propor ajustes ou novas medidas que considere relevantes para o cumprimento dos objetivos delineados, foi instituído o Conselho para a Indústria, órgão consultivo, a operar junto do Ministério da Economia e do Emprego, e composto por personalidades com reconhecida experiência e mérito nas questões do fomento industrial.</p>
<p>Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo</p>	<p>Aprovou o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo (NRJOIC), transpondo quatro diretivas comunitárias, e procedendo à introdução de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 17 de abril	<p>O NRJOIC inclui alterações concretas, nomeadamente ao nível da classificação dos organismos de investimento coletivo (OIC), fundos próprios, regime de independência da entidade responsável pela gestão e elegibilidade dos ativos.</p> <p>O diploma aprovado adota a regra do deferimento tácito em diversas situações, tornando os procedimentos mais céleres e eficientes. Neste âmbito propõem-se ainda novos prazos e novas regras relativas aos procedimentos de autorização e de comunicação.</p> <p>O NRJOIC exclui do seu âmbito de aplicação os fundos de investimento imobiliário, de capital de risco, de gestão de património imobiliário, de titularização de créditos e de pensões, prevendo-se a sua regulação em legislação própria.</p>
Reposição do subsídio de Natal	<p>Aprovou uma proposta de lei que regula, para o ano de 2013, a forma como se vai processar o pagamento do subsídio reposto aos funcionários públicos.</p> <p>Os duodécimos pagos desde o início do ano passam a reportar-se ao subsídio de férias ou equivalente, e o pagamento do subsídio de Natal terá lugar no mês de Novembro. Só no momento do recebimento do subsídio de Natal se procederá ao acerto resultante das alterações nas tabelas de retenção na fonte em sede de IRS, tornadas necessárias pela modificação da capacidade contributiva. Igual procedimento será aplicado à reposição do subsídio a aposentados, reformados e demais pensionistas.</p>
Conselho de Ministros de 17 de abril	
Concorrência no mercado de eletricidade	<p>Aprovou a criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal e a adequada repartição de custos de interesse económico geral.</p> <p>Este mecanismo procura garantir o equilíbrio no funcionamento do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), que não está imune a consequências de alterações relevantes em termos económicos e legislativos que possam surgir em ao nível da União Europeia, com repercussão na formação dos preços da eletricidade.</p> <p>Em concreto, o mecanismo regulatório instituído permite corrigir o desequilíbrio entre produtores de energia elétrica originado por essas distorções, e, de igual modo, evitar que o funcionamento anómalo do mercado se reflita, de forma negativa, nos consumidores portugueses.</p>
Conselho de Ministros de 11 de abril	
<i>Evasão e fraude fiscais</i>	<p>Aprovou um diploma que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a diretiva comunitária relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.</p> <p>São introduzidas alterações que reforçam a eficácia dos instrumentos de luta contra a fraude e a evasão fiscais no contexto internacional e de crescente mobilidade das bases tributáveis. A cooperação entre Estados-Membros passa a ser regida por regras mais claras que visam evitar perdas significativas de receitas fiscais.</p>
Conselho de Ministros de 4 de abril	

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Retificação do regulamento - Medidas Passaporte Emprego</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 18/2013. D.R. n.º 60, Série I de 2013-03-26</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro do Ministério da Economia e do Emprego sobre primeira alteração à Portaria n.º 225-A/2012, de 31 de julho que regula as Medidas Passaporte Emprego, Passaporte Emprego Economia Social, Passaporte Emprego Agricultura e Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas, publicada no Diário da República 1.ª série, n.º 31, suplemento, de 13 de Fevereiro.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa de Estágios Profissionais - regulamentação</i></p> <p>Portaria n.º 120/2013. D.R. n.º 60, Série I de 2013-03-26</p>	<p>Terceira alteração à Portaria n.º 92/2011 de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais.</p>
<p><i>Recapitalização do BANIF</i></p> <p><i>Declaração de retificação n.º393/2013. D.R. n.º 60, Série II de 2013-03-26</i></p>	<p>Declaração de Retificação - Despacho n.º 1527-B/2013, de 23 de janeiro, que aprova a operação de recapitalização do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.</p>
<p><i>Programa Operacional de Valorização do Território</i></p> <p>Portaria n.º155/2013. D.R. n.º 60, Série II de 2013-03-26</p>	<p>Autoriza o Programa Operacional Valorização do Território, através da Secretaria-Geral do MEE, a despende o montante estimado de EUR 276.000.00 (duzentos e setenta e seis mil euros), com o procedimento de aquisição de serviços especializados para a "Verificação da conformidade legal de procedimentos de contratação pública, acompanhamento de contencioso judicial e acompanhamento jurídico de processos de auditoria relativos a projetos cofinanciados pelo Programa Operacional Valorização do Território - 2013-2015".</p>
<p><i>Regime de concessão ajuda nacional aos viticultores</i></p> <p>Portaria n.º 123/2013. D.R. n.º 61, Série I de 2013-03-27</p>	<p>Estabelece o regime de concessão de ajuda nacional aos viticultores, sob forma de subvenção a fundo perdido, em consequência das condições climáticas adversas de 2001/2012.</p>
<p><i>Produção em cogeração - regulamento</i></p> <p>Portaria n.º 121/2013. D.R. n.º 61, Série I de 2013-03-27</p>	<p>Regulamenta o procedimento dos pedidos, comunicações e notificações no âmbito do licenciamento da atividade de produção em cogeração.</p>
<p><i>Transferências para fundações por parte de entidades públicas</i></p> <p>Portaria n.º125/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2013 para a realização de transferências para fundações por parte de entidades públicas.</p>
<p><i>Portarias de extensão</i></p> <p>Portaria n.º 126/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão do contrato coletivo entre a Associação dos Industriais de Cordoaria e Redes e a FESETE - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.</p>
<p>Portaria n.º 127/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações ao acordo coletivo entre a MEAGRI - Cooperativa Agrícola do Concelho da Mealhada, C.R.L. e outras e o SETAA - Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas.</p>
<p>Portaria n.º 128/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a APCOR - Associação Portuguesa de Cortiça e a FEVICOM - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros.</p>
<p>Portaria n.º 129/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações dos contratos coletivos entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FESETE - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e entre a mesma associação de empregadores e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes e outro (produção e funções auxiliares).</p>
<p>Portaria n.º 130/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a APCOR - Associação Portuguesa de Cortiça e o SINDCES/UGT - Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços e outro.</p>
<p>Portaria n.º 131/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa das Empresas do Sector Elétrico e Eletrónico e a FETESE-Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outros.</p>
<p>Portaria n.º 132/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28</p>	<p>Determina a extensão das alterações dos contratos coletivos entre a AIBA-Associação dos Industriais de Bolachas e Afins e a FESAHT-Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e entre a mesma associação de empregadores e a FETESE-Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços (pessoal fabril, de apoio e manutenção).</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Portaria n.º 133/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28	Determina a extensão das alterações dos contratos coletivos entre a APIAM - Associação Portuguesa dos Industriais de Águas Minerais Naturais e de Nascente e outra e a FESAHT - Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros, entre as mesmas associações de empregadores e o SETAA - Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas e, ainda, entre as mesmas associações de empregadores e o SINTICABA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Alimentação, Bebidas e Afins.
Portaria n.º 134/2013. D.R. n.º 62, Série I de 2013-03-28	Determina a extensão do contrato coletivo entre a APS - Associação Portuguesa de Seguradores e o STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e outro.
<i>Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional</i>	Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP).
Portaria n.º 135-A/2013. D.R. n.º 62, Suplemento, Série I de 2013-03-28	
<i>Regime do Crédito ao Consumo</i>	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, relativo ao Regime do Crédito ao Consumo, e transpõe a Diretiva n.º 2011/90/UE da Comissão, de 14 de novembro, que estabelece os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efetiva global.
Decreto-Lei n.º 42-A/2013. D.R. n.º 62, 3.º Suplemento, Série I de 2013-03-28	
<i>Retificação do regulamento - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas</i>	Retifica a Portaria n.º 68/2013, de 15 de fevereiro, do Ministério da Economia e do Emprego, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, publicada no Diário da República 1.ª série, n.º 33 de 15 de fevereiro de 2013.
Declaração de Retificação n.º 19-A/2013. D.R. n.º 62, 4.º Suplemento, Série I de 2013-03-28	
<i>Exames de condução - IMT</i>	Procede à definição dos procedimentos de pagamentos ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), a efetuar pelas entidades privadas autorizadas a realizar exames de condução.
Portaria n.º 136/2013. D.R. n.º 63, Série I de 2013-04-01	
<i>Preços de medicamentos – 2.º trimestre 2013</i>	Aprovação dos preços de referência unitários dos grupos homogêneos de medicamentos, para vigorar no trimestre civil que se inicia em 1 de abril de 2013. Revoga o despacho n.º 13015/2011, de 15 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 188, de 29 de setembro de 2011.
Despacho n.º 4586-B/2013. D.R. n.º 63, Suplemento, Série II de 2013-04-01	
<i>Atividade de trabalho aéreo</i>	Estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de trabalho aéreo, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
Decreto-Lei n.º 44/2013. D.R. n.º 64, Série I de 2013-04-02	
<i>Grupo de Trabalho – custos de contexto dos sectores da hotelaria e restauração</i>	Despacho - Criação de um Grupo de Trabalho interministerial de avaliação da situação económico-financeira específica e dos custos de contexto dos sectores da hotelaria, restauração e similares.
Despacho n.º 4625-A/2013. D.R. n.º 64, Suplemento, Série II de 2013-04-02	
<i>Direitos de autor – regime de IVA</i>	Recomenda ao Governo que determine uma clarificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira quanto ao regime de isenção do IVA aplicável à cobrança e gestão de direitos de autor e atividades conexas.
Resolução da Assembleia da República n.º 40/2013. D.R. n.º 65, Série I de 2013-04-03	
<i>Igualdade laboral entre géneros</i>	Sobre a promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres.
Resolução da Assembleia da República n.º 41/2013. D.R. n.º 65, Série I de 2013-04-03	
<i>Transporte de bicicletas</i>	Recomenda ao Governo a criação de condições para o transporte de bicicletas na CP - Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E. P. E.).
Resolução da Assembleia da República n.º 43/2013. D.R. n.º 65, Série I de 2013-04-03	

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>ADSE - pagamento das comparticipações do Estado na compra de medicamentos</i></p> <p>Despacho n.º 4631/2013. D.R. n.º 65, Série II de 2013-04-03</p>	<p>O pagamento das comparticipações do Estado na compra de medicamentos dispensados a beneficiários ADSE passa a ser encargo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a partir do dia 1 de abril de 2013.</p>
<p><i>Subsídio aos armadores - navios de comércio de registo convencional</i></p> <p>Despacho n.º 4647/2013. D.R. n.º 65, Série II de 2013-04-03</p>	<p>Define as regras de atribuição do montante em causa destinado a atenuar os encargos sociais e fiscais com tripulações afetas a navios de comércio de registo convencional português, relativamente às despesas assumidas pelos armadores em 2012.</p>
<p><i>Comparticipações Estado ADSE</i></p> <p>Despacho n.º 4631/2013. D.R. n.º 65, Série II de 2013-04-03</p>	<p>Despacho - Pagamento das comparticipações do Estado na compra de medicamentos dispensados a beneficiários pela ADSE.</p>
<p><i>Encargos plurianuais</i></p> <p>Despacho n.º 4631/2013. D.R. n.º 65, Série II de 2013-04-03</p>	<p>Exceciona a autorização prévia contratação com encargos plurianuais.</p>
<p><i>Discriminações salariais</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 45/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Combate às discriminações salariais, diretas e indiretas.</p>
<p><i>Discriminação laboral de mulheres</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 46/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Pela não discriminação laboral de mulheres.</p>
<p><i>Pobreza entre as mulheres</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 47/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Pelo combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres.</p>
<p><i>Direitos das mulheres no trabalho</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 48/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Defesa e valorização efetiva dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.</p>
<p><i>Emissão de moeda metálica</i></p> <p>Portaria n.º 141/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Autoriza a Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A. dentro do volume de emissão de moeda metálica aprovado pelo Banco Central Europeu, a cunhar, no ano de 2013, a emissão comemorativa da moeda corrente (euro) 2 designada "250.º Aniversário da Torre dos Clérigos" e a proceder à comercialização das correspondentes moedas com acabamento especial.</p>
<p><i>Emissão de moeda metálica</i></p> <p>Portaria n.º 142/2013. D.R. n.º 66, Série I de 2013-04-04</p>	<p>Autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., no âmbito do plano numismático para 2013 a cunhar e a comercializar várias moedas de coleção.</p>
<p><i>Fundo de Contragarantia Mútuo</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 46/2013. D.R. n.º 67, Série I de 2013-04-05</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho, que cria o Fundo de Contragarantia Mútuo.</p>
<p><i>Retenções de beneficiários titulares da ADSE</i></p> <p>Despacho n.º 4726/2013. D.R. n.º 67, Série II de 2013-04-05</p>	<p>Normas técnicas para a comunicação de dados referentes ao desconto retido sobre remunerações e pensões de beneficiários titulares da ADSE e às contribuições das entidades.</p>
<p><i>Fundação Portuguesa das Comunicações</i></p> <p>Despacho n.º 4730/2013. D.R. n.º 67, Série II de 2013-04-05</p>	<p>Determina que não tem aplicação no caso específico da Fundação Portuguesa das Comunicações a medida excecional e transitória de estabilidade orçamental, para o ano de 2013, prevista no n.º 1 do artigo 14.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/ 2012, de 31 de dezembro, de agravamento da redução de transferências, ficando esta Fundação sujeita apenas à decisão de redução de 50 % do total de apoios financeiros públicos do ICP ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, I. P., e dos Correios de Portugal - CTT, S. A.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Projeto de "Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional"</i></p> <p>Despacho n.º 4749/2013. D.R. n.º 67, Série II de 2013-04-05</p>	<p>Necessidade de apoiar a marinha de comércio com este tipo de auxílios aos armadores portugueses está disponível no PIDDAC para 2013 a verba de EUR 250 000,00, para o presente Projeto de "Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional". - define as regras de atribuição do montante em causa.</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 4784/2013. D.R. n.º 68, Série II de 2013-04-08</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a VAA - VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A. e a RIA STONE, FÁBRICA DE LOUÇA DE MESA EM GRÉS, S.A.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 4672/2013. D.R. n.º 68, Série II de 2013-04-08</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de maio de 2013.</p>
<p><i>Energia -Taxa anual de remuneração do diferimento dos sobrecustos com CMEC e CAE</i></p> <p>Portaria n.º 145/2013. D.R. n.º 69, Série I de 2013-04-09</p>	<p>Procede à aprovação da Taxa anual de remuneração do diferimento dos sobrecustos com CMEC (Custos de Manutenção de Equilíbrio Contratual), e da Taxa anual de remuneração do diferimento dos sobrecustos com CAE (Contratos de Aquisição de Energia).</p>
<p><i>Energia – aprovação dos PNAEE e PNAER</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013. D.R. n.º 70, Série I de 2013-04-10</p>	<p>Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.</p>
<p><i>Empresas de serviço público - indemnizações compensatórias</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013. D.R. n.º 70, Série I de 2013-04-10</p>	<p>Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público.</p> <p>Estas indemnizações compensatórias representam, no seu conjunto, uma redução do esforço financeiro do Orçamento do Estado de 41 milhões de euros, cerca de 12 %, comparativamente com 2012, e de 170 milhões de euros, cerca de 34 %, em relação a 2010.</p>
<p><i>Ano económico de 2012 — Conta provisória</i></p> <p>Declaração n.º 86/2013. D.R. n.º 70, Série II de 2013-04-10</p>	<p>A Direção-Geral do Orçamento publica a conta provisória de janeiro a dezembro de 2012.</p>
<p><i>Energia - produtores de energia elétrica em regime especial</i></p> <p>Portaria n.º 146/2013. D.R. n.º 71, Série I de 2013-04-11</p>	<p>Procede à primeira alteração da Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro, e define os valores de determinados fatores a aplicar para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2013.</p>
<p><i>Reservas próprias de produtos de petróleo</i></p> <p>Portaria n.º 147/2013. D.R. n.º 71, Série I de 2013-04-11</p>	<p>Autoriza a Creixoauto - Combustíveis e Lubrificantes, S.A., a proceder à substituição total da obrigação da manutenção de reservas próprias de produtos de petróleo pelo pagamento do montante correspondente à Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos do Petróleo, E.P.E.</p>
<p><i>Comércio a retalho não sedentário – regime jurídico</i></p> <p>Lei n.º 27/2013. D.R. n.º 72, Série I de 2013-04-12</p>	<p>Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.</p>
<p><i>«Portugal Sou Eu» - Conselho Estratégico</i></p> <p>Despacho n.º 5115/2013. D.R. n.º 74, Série II de 2013-04-16</p>	<p>Cria o Conselho Estratégico do «Portugal Sou Eu», abreviadamente designado por Conselho Estratégico, que constitui conselho de natureza consultiva do Ministério da Economia e do Emprego no âmbito da coordenação política da iniciativa «Portugal Sou Eu».</p>
<p><i>Plano Estratégico Nacional para o Turismo</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013. D.R. n.º 74, Série I de 2013-04-16</p>	<p>Aprova o Plano Estratégico Nacional para o Turismo para o desenvolvimento do turismo no período 2013 - 2015 e cria a Comissão de Orientação Estratégica para o Turismo.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Túnel do Marão</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 52/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 53/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 54/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 56/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Recomendam ao Governo que prossiga e conclua as obras de construção do túnel do Marão.</p>
<p><i>Produtores e produtos tradicionais</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 55/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a proteção dos produtores e produtos tradicionais.</p>
<p><i>Mercado do Bolhão</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 57/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão através de financiamento comunitário.</p>
<p><i>Setor da construção civil e imobiliário</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 58/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Recomenda ao Governo medidas para o relançamento do setor da construção civil e imobiliário.</p>
<p><i>Associações e federações juvenis – programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo</i></p> <p>Portaria n.º 155/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da atividade das associações e federações juvenis, inserida no plano estratégico de iniciativas à empregabilidade jovem e apoios às Pequenas e Médias Empresas - Impulso Jovem, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA).</p>
<p><i>Passaportes Emprego 3i</i></p> <p>Portaria n.º 156/2013. D.R. n.º 76, Série I de 2013-04-18</p>	<p>Primeira alteração ao Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i, aprovado pela Portaria n.º 408/2012, de 14 de dezembro. Estas alterações passam pela eliminação da obrigatoriedade de inscrição nos centros de emprego há pelo menos quatro meses e aumenta a duração dos estágios até aos 12 meses, antes era de seis meses. As empresas com menos de dez trabalhadores passam a poder beneficiar até um máximo de cinco estágios em simultâneo, anteriormente podiam apenas ter dois.</p>
<p><i>Lei do Orçamento do Estado para 2013 - parecer do Tribunal Constitucional</i></p> <p>Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013. D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22</p>	<p>Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013).</p>
<p><i>Índices de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio</i></p> <p>Aviso n.º 5369/2013. D.R. n.º 78, Série II de 2013-04-22</p>	<p>Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.</p>
<p><i>Terceira alteração Portaria n.º 321-A/2007</i></p> <p>Portaria n.º 160/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23</p>	<p>Terceira alteração à Portaria n.º 321A/2007, de 26 de março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária e segunda alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Documentos de transporte</i></p> <p>Portaria n.º 161/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23</p>	<p>Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte, previstas no regime de bens em circulação.</p>
<p><i>"Educação para a cidadania - projetos inovadores" - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 5482/2013. D.R. n.º 80, Série II de 2013-04-24</p>	<p>Aprova, em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 6.15 "Educação para a cidadania - projetos inovadores" do eixo n.º 6 "Cidadania, inclusão e desenvolvimento social" do Programa Operacional Potencial Humano.</p>
<p><i>«Bolsas de Formação Avançada» - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 5483/2013. D.R. n.º 80, Série II de 2013-04-24</p>	<p>Alteração ao Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 18370/2008, de 9 de julho específico da tipologia de intervenção n.º 4.1 «Bolsas de Formação Avançada» do eixo n.º 4 «Formação avançada» do Programa Operacional Potencial Humano.</p>
<p><i>Acompanhamento Operações Cofinanciadas pelo POVTV</i></p> <p>Anúncio de procedimento n.º 2006/2013. D.R. n.º 80, Série II de 2013-04-24</p>	<p>Acompanhamento no Local das Operações Cofinanciadas pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Plano de Acompanhamento de 2012.</p>
<p><i>Estaleiros Navais de Viana do Castelo - privatização</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2013. D.R. n.º 80, Série I de 2013-04-24</p>	<p>Determina a conclusão do processo de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.</p>
<p><i>Calendário de implementação estratégia e procedimentos</i></p> <p>Portaria n.º 166/2013. D.R. n.º 82, Série I de 2013-04-23</p>	<p>Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, e revoga a Portaria n.º103/2012, de 17 de abril.</p>

Abreviaturas Utilizadas

